1 Gol - Educação para Todos

Craques do futebol e líderes mundiais se mobilizam pela Educação de Qualidade

Selo UNICEF Município Aprovado

Conheça a iniciativa promovida pelo UNICEF e seus parceiros para ajudar a garantir os direitos de crianças e adolescentes

Programa Nacional de Alimentação Escolar tem novas regras

Municípios devem se adequar à nova legislação sobre alimentação escolar para garantir o recebimento de repasse de recursos

revista

educaçãomunicipal

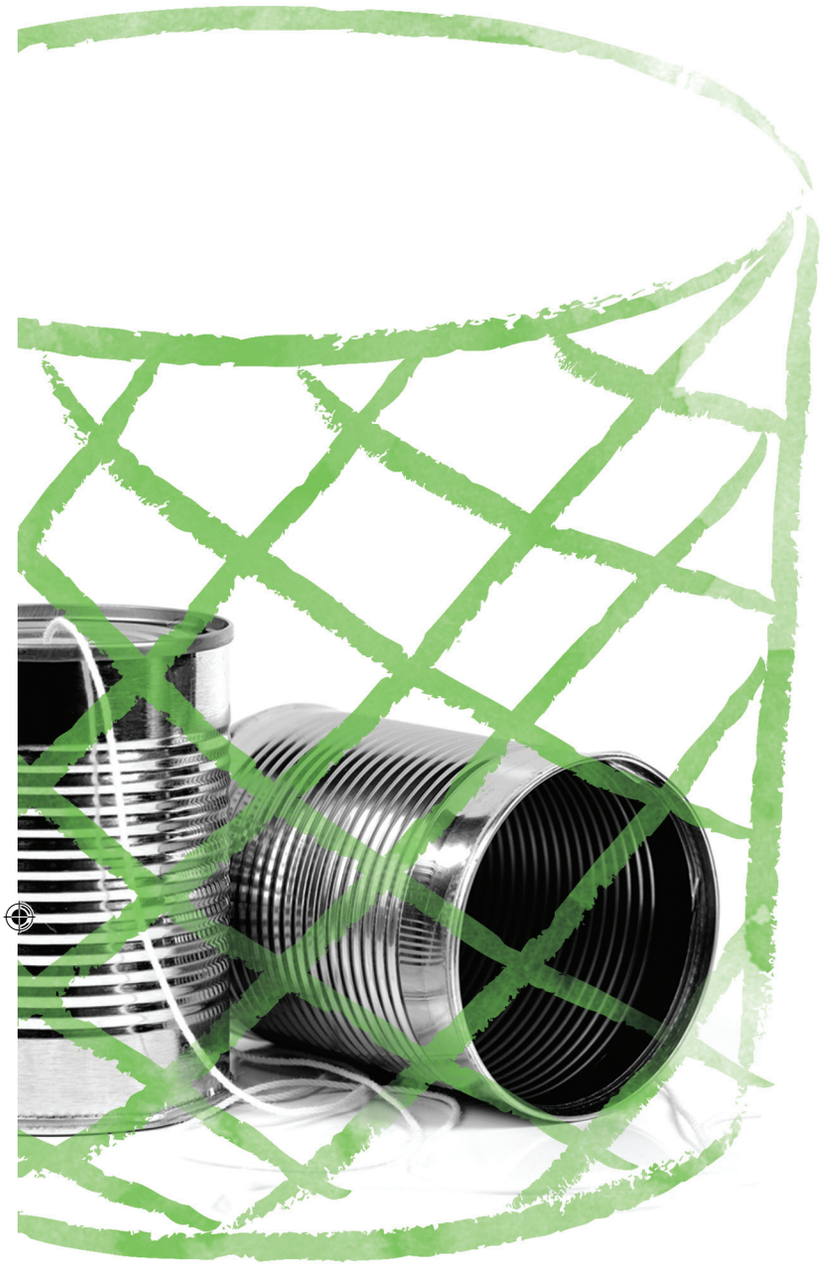
UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

ano 22 :: agosto de 2010



Educação integral

revista(65).indd 1 08/11/10 11:58



Quando todos se entendem, tudo fica mais fácil.

- Financiamento da educação
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
- Ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos

Inscreva-se na página:
www.undime.org/encontrodeeducadores

Encontro de educadores

gestão, avaliação e
novos marcos legais

revista(cs5).indd 2 06/11/10 11:58



O Programa de Formação de Gestores Públicos foi formulado com o objetivo de capacitar Dirigentes Municipais de Educação, técnicos das Secretarias e conselheiros municipais de educação em diversos temas educacionais. Dessa forma, a Undime pretende contribuir com a atuação do gestor frente aos desafios de sua Secretaria.

Programa de Formação de Gestores Públicos

www.undime.org/programadeformacao

revista(cs5).indd 3 06/11/10 11:58

expediente

revista
educaçãomunicipal

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Presidente
Carlos Eduardo Sanches - DME de Castro/ PR

Vice-presidente
Raimundo Moacir Mendes Feitosa (licenciado)

Secretário de articulação
Arnaldo Gonçalves da Silva Mattoso - DME de Quissamã/ RJ

Secretário de coordenação técnica
Moacir Fecury Ferreira da Silva - DME de Rio Branco/ AC

Secretária de comunicação
Célia Maria Vilela Tavares - DME de Cariacica/ ES

Secretário de finanças
Flávio Romero Guimarães - DME de Campina Grande/ PB

Secretária de assuntos jurídicos
Maria Cecilia Amendola da Motta - DME de Campo Grande/ MS

Presidenta Região Centro-Oeste
Solimara Ligia Moura - DME de Lucas do Rio Verde/ MT

Presidenta da Região Norte
Sandra Helena Ataíde Lima - DME de Mojú/ PA

Presidenta Região Nordeste
Leocádia Maria da Hora Neta - DME de Olinda/ PE

Presidenta Região Sudeste
Cleuza Rodrigues Repulho - DME de São Bernardo do Campo/ SP

Presidente Região Sul
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - DME de Florianópolis/ SC

Secretária executiva: Vivian Ka Fuhr Melcop

Administração: Cilene Portela, Fátima Soares, Gilmara Barros, Ismênia Vianez e Luciane Braga

Comunicação Social: Heloísa Cristaldo, Manoel Filho, Nana Cunha, Natália Vergütz e Renata Dias

Logística: Nilson de Melo e José Maria de Lima

Revista Educação Municipal
Coordenação - Vivian Ka Fuhr Melcop - DF8126JP
Colaboração
Sandro Santos - 8765/ RS
Maria Clara Machado
Arte e diagramação - Manoel Filho
Foto da capa - Divulgação - Secretaria Municipal de Educação de Palmas/ TO

Tiragem - 7.000 exemplares

revista@undime.org.br | www.undime.org.br
Endereço: SCS - Q. 6 - Bl. A - Ed. Carioca - salas 611/13
CEP: 70.306-000 Brasília/DF
Telefone/ Fax: 61 3037 7888

Entrevista


Foto: Barbara Tostes
9

1 GOL - Educação para Todos



Foto: André Telles
22

UNICEF


Foto: UNICEF/BRZ/Ines Campelo
29

PNAE


Foto: Undime
36

A Revista Educação Municipal é uma publicação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

sumário

Carlos Eduardo Sanches

Presidente da Undime fala sobre os principais temas e desafios atuais na área da educação.

Educação é destaque na Copa do Mundo

Craques do futebol e líderes mundiais se mobilizam pela Educação de Qualidade

Selo UNICEF Município Aprovado

Conheça a iniciativa promovida pelo UNICEF e seus parceiros para ajudar a garantir os direitos de crianças e adolescentes

Programa Nacional de Alimentação Escolar tem novas regras

Municípios devem se adequar à nova legislação sobre alimentação escolar para garantir recebimento de repasse de recursos do programa

Capa



Foto: Secretaria de educação de Palmas/ TO

16 **Pesquisa mapeia experiências em jornada ampliada**

6 - Marco de Ação de Belém - Confitea VI

13 - Reforma Educacional de Nova York

15 - Fim da DRU
Ponto de vista - CNTE

20 - Campanha pela inclusão de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares

21- Fim da DRU
Ponto de vista - Consed

26 - ECA completa 20 anos

32 - Fóruns discutem diretrizes para a EJA

33 - Datas importantes

34 - Documento orienta municípios na implementação da Lei 10639/ 03

39 - Educação para o desenvolvimento sustentável
Fundação Itaú Social

40 - Undime mobiliza órgãos fiscalizadores para verificação de contas do Fundeb

42 - Uso responsável da Internet

44 - Indicadores da Qualidade da Educação Infantil

46 - Leituras & mídias

47 - Opinião da Undime: Exame Nacional de ingresso na Carreira Docente

revista(c65).indd 5 06/11/10 11:58

Marco de Ação de Belém

Autoridades e representantes da sociedade civil de 156 países reuniram-se, em dezembro de 2009, na 6ª Conferência Internacional de Adultos – Confintea VI, para discutir os rumos e estabelecer compromissos para a educação ao longo da vida

O encontro, que contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas, aconteceu pela primeira vez em um país do hemisfério sul: no Brasil, cidade de Belém/ PA. O documento-síntese "Marco de Ação de Belém", foi publicado este ano pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (*mais informações no Leitura & mídias*).

Segundo Rosimary Matos, que participou da conferência como representante da Undime na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – Cnaeja, o momento representa um marco histórico. "O encontro, além de discutir a educação de jovens e adultos, estabelece compromissos em uma agenda de ações para os próximos quatorze anos".

Como Secretária Municipal de Educação de Embu das Artes/ SP, Rosimary afirma que a expectativa agora é de que os municípios, ao tomarem conhecimento do "Marco de Ação de Belém", priorizem a organização de políticas públicas para a garantia do direito à educação ao longo da vida e repensem suas propostas pedagógicas para que a educação seja contínua e com qualidade.

A Confintea VI consolida um amplo debate que aconteceu ao longo do ano de 2009, em fóruns preparatórios realizados de norte a sul do país, com a mobilização de milhares de pessoas. No destaque ao lado, confira alguns dos compromissos assinados referentes à luta por uma educação de qualidade ao longo da vida.

Timothy Ireland, especialista em educação da Unesco, ressaltou que a educação de adultos ainda não tem sua importância reconhecida por muitos países e a proposta do "Marco de Ação de Belém" deve avançar nesta questão. "As políticas públicas de desenvolvimento sustentável só serão possíveis quando houver investimento em uma educação de jovens e adultos, na perspectiva de uma educação contínua", afirmou.

De acordo com Timothy, "a luta agora é no sentido de pressionar os governos a implementar o que foi aprovado pela Conferência e acompanhar o cumprimento dos acordos durante os próximos anos". Para reforçar a mobilização, durante congresso realizado sobre o tema, em João Pessoa/ PB, representantes de organismos internacionais e dos governos da América Latina e do Caribe solicitaram um monitoramento, com a criação de indicadores para cada um dos compromissos estabelecidos. A expectativa é de que esses indicadores sejam aprovados pelos ministros (da América Latina e Caribe). Caso aprovados, a América Latina e o Caribe serão os primeiros a terem indicadores comuns. "Claro que alguns países não terão indicadores exatamente iguais, dependendo da realidade de cada um, mas eles facilitarão o monitoramento", afirma Timothy. A idéia, segundo o especialista, é que outros países sigam a proposta tornando os indicadores comuns globalmente.

revista(cs5).indd 6 06/11/10 11:58

Confira alguns compromissos estabelecidos no "Marco de Ação de Belém":

a) assegurar que todas as pesquisas e levantamentos de dados reconheçam a alfabetização como um *continuum*;

b) desenvolver um roteiro com objetivos claros e prazos para enfrentar esse desafio com base em avaliações críticas dos avanços alcançados, dos obstáculos enfrentados e dos pontos fracos identificados;

c) aumentar a mobilização de recursos internos e externos e conhecimentos para realizar programas de alfabetização com maior escala, alcance, cobertura e qualidade promovendo processos integrais e de médio prazo, para garantir que as pessoas alcancem uma alfabetização sustentável;

d) desenvolver uma oferta de alfabetização relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes, empoderando-os para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo seu desempenho reconhecido por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;

e) concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;

f) estabelecer indicadores e metas internacionais para a alfabetização; revisar e reportar sistematicamente os avanços, entre outros, em investimentos e adequação de recursos aplicados em alfabetização em cada país e em nível global, incluindo uma seção especial no Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos - EPT;

g) planejar e implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências para além das habilidades básicas de alfabetização, com o apoio de um ambiente letrado enriquecido.

revista(cs5).indd 7 06/11/10 11:58

revista
educaçãomunicipal

Editorial

A educação nestas eleições

Quais as propostas de políticas educacionais dos candidatos nestas eleições de 2010? Não apenas os candidatos à Presidência da República, mas todos aqueles que pleiteiam cargos eletivos: governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais.

Eles organizam suas propostas a partir de um diagnóstico da conjuntura atual? Consideram os programas e projetos que vêm apresentando resultados positivos ou criticam seus opositores apenas rasamente, sem estabelecer críticas positivas?

Como se deu o diálogo dos candidatos com o poder municipal? As demandas foram apresentadas? Há propostas para atendê-las? Como você, Dirigente Municipal de Educação, participou dos debates da Undime de seu estado para construir a pauta a ser defendida perante os candidatos? Mais importante do que este momento será acompanhar o desenvolvimento das políticas e dos programas que deverão atender as demandas, ou ao menos, diminuir os prejuízos no atendimento do direito de aprender de todo cidadão.

Após a Conferência Nacional de Educação – Conae, realizada em março deste ano, os governantes e os parlamentares terão o dever de aprovar, implementar e acompanhar o desenvolvimento das metas e ações dos Plano Nacional e estaduais de Educação. Da mesma forma, no âmbito municipal, deverão ser construídos ou reformulados os planos municipais de educação que se referenciarão no novo PNE e nos novos PEE. A Conae conseguiu coletar as propostas para a educação de todo o Brasil, tanto da esfera governamental quanto dos movimentos sociais. Foi um grande esforço de mobilização que deve ser respeitado e considerado na formulação do PNE, dos PEE e dos PME. As deliberações da Conferência foram consensuadas em um esforço de democracia participativa e representativa que nasceu em mais de 1981 municípios de todos os 26 estados brasileiros e do Distrito Federal.

Como o candidato se apresenta frente a um movimento como a Conae? Considera relevante? Apoia? Ou acredita que pode ser substituído por um grupo restrito de notáveis e especialistas? Falando nisso, como é constituído o grupo que fornece as informações educacionais ao candidato? Realmente é formado por educadores? São pessoas que militam na área educacional ou que vendem serviços e que se intitulam como "especialistas"?

Precisamos defender o diálogo com todos os segmentos. Precisamos defender o regime de colaboração. Precisamos defender que o município seja ouvido e respeitado. Precisamos defender a continuidade de programas que apresentem resultados positivos e a reformulação daqueles que necessitem de ajustes. Precisamos nos manter atentos e participantes. Precisamos manter a Undime e suas seccionais atuantes nos parlamentos e nas instâncias governamentais.



revista(cs5).indd 8 06/11/10 11:58

Carlos Eduardo Sanches



Foto: Bárbara Tostes - Prefeitura de Castro/ PR

Carlos Eduardo Sanches
Presidente da Undime e
Dirigente Municipal de Educação
de Castro/ PR

Presidente da Undime fala sobre os principais temas e desafios na área da educação.

Revista Educação Municipal – Qual a sua análise sobre a importância da Undime para a gestão municipal? E como avalia o momento atual da educação para os governos?

Carlos Eduardo Sanches: O aprendizado na Undime tem sido o grande diferencial na gestão da Secretaria de Educação em Castro/ PR. Reconheço que se não tivesse participado desde o início da gestão em 2005, não conseguiria, ao lado da equipe, avançar até onde chegamos. A oportunidade do conhecimento e da informação, dos momentos de formação, da participação no debate das políticas públicas e o contato com outras experiências têm proporcionado a construção de uma gestão democrática e possibilitado a efetiva melhoria da qualidade de aprendizagem de cada criança da rede municipal.

revista(65).indd 9 06/11/10 11:58

Todos temos opções partidárias, no entanto, é preciso diferenciar política de Estado das ações de governo na educação. É muito nítido neste momento uma atuação diferente na educação nos municípios, nos estados e na União. O Brasil está avançando na grande tarefa de melhorar a qualidade da educação graças ao empenho de todos e à articulação via Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. O país precisava de metas e prazos para cumprir esta tarefa. O PDE não é a base da atuação partidária de quem está à frente do Ministério da Educação e, talvez, por isso está funcionando. Avançamos muito e esta é a garantia de que, independente do resultado das eleições, poderemos continuar avançando. Todos queremos e sonhamos com mais, entretanto o caminho a percorrer é longo.

REM – A atuação da Undime no debate sobre o financiamento de educação vem se consolidando cada vez mais. Como avalia o repasse de recursos da União aos municípios?

CES: A Undime, ao longo de sua história, nunca deixou de discutir e articular para que o investimento em educação fosse ampliado. Da mesma forma, não se omitiu ou mediu consequências nesse sentido, mas sempre agiu com serenidade, sem extremismos. É possível mensurar o aumento no volume de recursos para a educação e vivemos um momento propício para ampliar o investimento e garantir sua manutenção. Particularmente, nós que atuamos na gestão municipal, verificamos problemas pontuais de financiamento em alguns setores como na educação infantil, na alimentação escolar, no transporte. Queremos proporcionar avanços na carreira do magistério e dos demais trabalhadores em educação. Questões que não resolveremos em um passe de mágica, mas em que é possível construir alternativas. Não podemos desconsiderar que os municípios têm dado uma extraordinária contribuição para a melhoria da qualidade da educação, muitas vezes comprometendo outras áreas igualmente importantes.

REM – Como você avalia o diálogo próximo mantido entre a Undime e o governo federal?

CES: Na minha vivência na Undime, aprendi que o maior patrimônio da entidade está alicerçado em duas questões. Primeiro, a história construída com luta e dedicação ao longo de mais de duas décadas. E segundo, sua independência claramente verificada durante este tempo. A Undime não faz ataques fortuitos nem concorda com tudo que lhe é apresentado pelo MEC, sem analisar os pormenores e avaliar os impactos e os benefícios. Sentar à mesa para negociar, reivindicando ou apoiando, faz parte do cotidiano de uma instituição democrática, de caráter plural e com capilaridade incomparável.

Evidente que para chegar aos 5564 municípios a estrutura do governo federal na área da educação precisa da capacidade de articulação e mobilização de uma entidade como é a Undime. Da mesma forma, os governos estaduais podem encontrar nas seccionais o mesmo apoio. Isso dá à entidade um caráter estratégico, uma atuação independente, comprometida com a política pública para a educação.

A Undime, ao longo de sua história, nunca deixou de discutir e articular para que o investimento em educação fosse ampliado.

revista(65).indd 10 08/11/10 11:58

> O Brasil está avançando na grande tarefa de melhorar a qualidade da educação, graças ao desempenho de todos.

REM - Qual sua opinião sobre o ensino fundamental de nove anos?

CES: As informações obtidas nos estudos e avaliações apontam que é necessário mais tempo e uma nova forma de alfabetizar as crianças. A etapa da alfabetização – assim os municípios têm construído suas propostas de ensino de nove anos - vai contribuir para que as crianças tenham um sucesso escolar maior.

No entanto, aconteceram vários problemas na implementação em todo o país. Aqui no Paraná, foi um processo muito traumático a decisão do Conselho Estadual de Educação de antecipar a implantação. Em outros estados, houve problemas porque coincidiu com a municipalização do ensino fundamental.

A crítica frequente de que não se trata apenas da mudança da placa na sala de aula de pré III para 1º ano é verdadeira. O ensino de nove anos demanda a contratação e formação de novos professores, a ampliação das estruturas físicas das escolas, novos equipamentos e mobiliários, mas, sobretudo, a construção de diretrizes curriculares adequadas. A prática pedagógica precisa ser repensada. A dimensão do país e as diferenças encontradas em cada estado contribuem para dificultar a implantação. Além de cumprir determinação legal, não podemos perder a oportunidade de garantir que cada criança tenha uma alfabetização adequada e a possibilidade de sucesso na trajetória escolar.

Em paralelo à implantação do ensino de nove anos vem outra discussão polêmica. Trata-se do corte etário. Diante de todos os avanços na educação é inconcebível que existam diferentes possibilidades de ingresso das crianças na escola. Temos de garantir o sucesso escolar de cada criança. Defendemos a reiterada posição do Conselho Nacional de Educação que propõe o corte etário em 31 de março e que esta determinação vá para o texto da legislação. Não é possível estruturar uma rede municipal baseada em liminares judiciais.

REM - Comente a posição da Undime sobre a educação infantil, etapa de responsabilidade dos municípios.

CES: Estudos comprovam que o sucesso escolar da criança aumenta à medida que ela frequenta a educação infantil. No país, a concepção avançou muito. É importante ressaltar que os municípios têm desenvolvido um esforço extraordinário para aumentar as matrículas, mas não conseguem atender à demanda atual. Por isso é que programas como ProInfância são essenciais e precisam de ampliação. Mas o ponto central da ampliação de vagas na educação infantil está no financiamento. Felizmente o Custo - Aluno Qualidade inicial - CAQi, irá comprovar que novos recursos são imprescindíveis para a educação, sobretudo, na etapa de 0 a 5 anos porque o custo é pelo menos o dobro das outras etapas e modalidades.

Outra questão importante é que a educação infantil com qualidade precisa de professores com formação e perspectiva de carreira. Para isso, é claro, são necessários mais recursos.

REM - Como avalia a educação integral?

CES: Estrategicamente é uma iniciativa que alcança objetivos que ultrapassam a área da educação. A

revista(cs5).indd 11 06/11/10 11:58

educação integral possibilita um ganho no aspecto pedagógico, porque há mais tempo para o atendimento à criança. Socializa oportunidades para as classes mais populares que não têm acesso à cultura, ao esporte e também contribui para a redução dos índices de violência. Dessa forma, provoca uma interação maior da escola com o meio em que ela se situa.

A oferta da educação integral também impacta na possibilidade de ingresso de mulheres no mercado de trabalho e, consequentemente, no aumento da renda familiar. Em alguns municípios isso já foi mensurado e o resultado é positivo.

REM - Qual sua opinião sobre a lei do piso salarial?

CES: Este é um dos maiores avanços na educação brasileira, haja vista que 37% dos professores no início da carreira ganhavam menos que o valor determinado pelo piso. Foi uma longa batalha que envolveu toda sociedade e é o começo do resgate da dignidade desta classe que é fundamental e estratégica pra o desenvolvimento do país.

A Undime sempre defendeu a implantação do piso. Entretanto, nós, gestores municipais, estamos preocupados com o percentual de um terço da carga horária reservada para planejamento fora da sala de aula. Seria preciso contratar em torno de mais 20% de professores e dificilmente haveria possibilidade orçamentária para isso. O planejamento e a implantação gradativa desta conquista poderiam ser a solução do impasse.

Mas tem outra questão importante. A Undime, em parceria com as seccionais, já realizou 15 oficinas por todo o país do Programa de Formação de Gestores, para orientar a construção ou adequação dos planos de carreira. A iniciativa é resultado do Seminário de Planejamento Estratégico, realizado em Campo Grande/MS , em julho de 2009, quando foi destacada a importância da participação da Undime na implementação da Lei Nº 11.738/2008.

As oficinas reúnem Dirigentes Municipais, técnicos das Secretarias e conselheiros municipais de educação e do Fundeb. As avaliações têm comprovado excelentes resultados desta ação.

REM - O regime de colaboração entre estados e municípios pode avançar?

CES: Pode e precisa. São visíveis os conflitos em algumas regiões do país. Infelizmente, questões partidárias e problemas locais impedem a construção de uma relação harmoniosa. Mas, em contrapartida, temos bons exemplos. Costumo lembrar que a relação precisa avançar entre os três entes federados e não com dois. E a dinâmica desta relação precisa ser constante.

É preciso compreender que, antes de verificar se a matrícula corresponde à rede estadual ou municipal, ela se refere a um estudante que é um cidadão amparado pela lei e que tem o direito de frequentar uma escola pública com qualidade. A educação no Brasil está avançando de maneira positiva, mas o grande salto vai acontecer quando municípios e estados se entenderem em todo o país. Os problemas são comuns e, é claro, as soluções passam pelos mesmos caminhos.

revista(cs5).indd 12 06/11/10 11:58

Reforma Educacional de Nova York

Publicação mostra como a cidade norte-americana superou dificuldades na área de educação

A Fundação Itaú Social e o Instituto Fernand Braudel publicaram o livro **A Reforma Educacional de Nova York: Possibilidades para o Brasil**, fruto de uma pesquisa de campo sobre a reforma educacional que vem sendo implantada desde 2002 na cidade norte-americana.

A iniciativa tem como objetivo enriquecer o debate sobre gestão educacional, trazendo, a partir do conjunto de estratégias implantadas, possíveis alternativas para gestores, educadores, empresários e políticos brasileiros interessados em melhorar a qualidade do ensino público. Vale ressaltar que não se pretende importar um modelo de reforma, mas enriquecer e ampliar o debate sobre as medidas adotadas, como possibilidades para pensar políticas públicas inovadoras no Brasil.

A publicação reúne informações que mostram como, após décadas de resultados de aprendizado declinantes, baixas expectativas e apatia institucional, Nova York conseguiu implantar em sua rede ações que resultaram em aumentos significativos nos percentuais de estudantes que dominam as competências e conteúdos de suas séries. Em 2009, 82% dos alunos de 3ª e 8ª séries atingiram os padrões estaduais adequados de desempenho em matemática, comparados com somente 57% em 2006. O déficit de desempenho entre estudantes negros e brancos também diminuiu, de 31% em 2006, para 17% em 2009.

revista(cs5).indd 13 06/11/10 11:58

O material foi apresentado aos professores e gestores de educação dos municípios de São Bernardo do Campo/ SP e Vila Velha/ ES durante a realização do Encontro de Educadores. O evento, organizado pela Undime, reuniu nas duas cidades aproximadamente 1200 participantes.

O especialista em avaliação da Secretaria de Educação de Nova York, Jesse Margolis, apresentou a experiência norte-americana em São Bernardo do Campo. Margolis falou sobre a política de bônus por resultado, as diferenças entre a maneira como essa medida foi implementada no estado de São Paulo e em Nova York, e as dificuldades em avaliar o real impacto da política na melhoria da educação, no estado de São Paulo. O especialista também comentou as diferenças entre as condições laborais dos professores, pontos de convergência entre os sistemas de avaliação, a importância da aproximação entre Secretaria e sindicato para a tomada de decisões na gestão pública.

De acordo com Jesse Margolis, em Nova York, o trabalho é realizado com um grupo tratamento e um grupo controle, sendo 200 escolas em cada grupo, selecionadas aleatoriamente. O grupo tratamento participa do programa de bônus ao professor, cujas escolas alcancem as metas previstas no Progress Report (Boletim de Progresso). Dessa forma, é avaliado se a melhora nas escolas do grupo tratamento aconteceu por conta da política de bônus.

Segundo o especialista, o caminho para viabilizar melhores condições de trabalho para os professores é a aproximação com o sindicato da categoria. "Se a Secretaria conseguisse o apoio do sindicato para algumas de suas políticas, como a valorização por mérito e a remuneração variável, poderia oferecer em troca melhores condições laborais. Nos últimos oito anos, tivemos um êxito muito grande em Nova York nas negociações com o sindicato para implementação das reformas. Eles concordaram com a extensão da jornada escolar, por exemplo, em troca de um aumento salarial em torno de 43%, em quatro ou cinco anos. Um aumento bem acima das taxas de inflação", explicou.

Foto: Divulgação



O material está disponível no portal da Fundação Itaú Social (ww2.itau.com.br/itausocial/site_fundacao/)

revista(cs5).indd 14 06/11/10 11:58

Fim da DRU

CNTE

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores



Mesmo sob um olhar superficial, é fácil identificar que os períodos em que a Constituição Federal brasileira não previu, expressamente, recursos para o financiamento da educação pública, as coisas andaram mais para trás que para frente.

Contudo, desde 1988, quando foram destinados 25% dos impostos de estados e municípios e 18% dos impostos da União para investimentos em manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da CF), ainda assim os problemas estruturais de nossa sociedade – sobretudo as desigualdades regionais – impuseram a necessidade de se criar fundos para financiar a educação básica (Fundef e Fundeb).

Afora as debilidades regionais, os efeitos da Desvinculação de Receitas da União (DRU) – inicialmente batizada de Fundo Social de Emergência e, posteriormente, de Fundo de Estabilização Fiscal – juntamente com a priorização da arrecadação de tributos na forma de Contribuições (não incidentes no financiamento educacional) e as isenções fiscais, por vezes irresponsáveis, tornaram o financiamento público insuficiente e com forte sobrepeso para a esfera administrativa de menor capacidade de arrecadação: a municipal.

Durante os 14 anos de vigência da DRU, 20% dos recursos federais destinados à educação pública deixaram de ser investidos no setor. Estima-se que a quantia ultrapasse R$ 120 bilhões! E essa sistemática perversa de flexibilidade orçamentária – bastante contestável do ponto de vista moral e constitucional – ainda deu azo a propostas similares de desvinculação do orçamento na esfera dos Estados, que mantêm expectativas de criação da DRE (Desvinculação de Receitas dos Estados), utilizando-se dos mesmos argumentos da esfera federal: engessamento orçamentário, melhor alocação de recursos e maior possibilidade para financiamento de despesas sem endividamento adicional.

Embora a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 tenha tornado menos plausível a criação da DRE, fato é que será necessário incorporar os recursos adicionais da DRU em políticas estruturais com vistas (i) a dar sustentação à universalização com qualidade da pré-escola ao ensino médio, até 2016 – outra mudança efetuada pela EC nº 59 –; (ii) a possibilitar um aumento significativo das matrículas em creches públicas, com apoio direto e permanente da União às Prefeituras – porém tendo como contrapartida o aperfeiçoamento da prestação de contas e maior controle social, a fim de se evitar desvios ainda recorrentes nas verbas da educação; (iii) a promover a valorização efetiva dos trabalhadores da educação básica (respeitando, simultaneamente, o Piso Salarial e a Carreira), bem como (iv) manter as políticas de expansão das redes federais dos Institutos de Educação Tecnológica e das Universidades.

Embora somente os recursos da DRU não sejam suficientes para atender as inúmeras demandas educacionais dos diferentes níveis e modalidades de ensino, eles são, sim, importantes para incrementar o financiamento da educação e devem se juntar a outras fontes de arrecadação, especialmente oriundas das Contribuições Sociais e dos recursos provenientes do pré-sal. E a educação básica deve ser a destinatária prioritária desses novos recursos, com vista a amenizar o desequilíbrio do sistema de arrecadação tributária – que afeta o financiamento da educação – para, consequentemente, melhorar a qualidade desse nível educacional.

Por fim, entendemos que o debate acerca do financiamento educacional, sobre o qual o fim da DRU incide positivamente, deve direcionar os objetivos e metas do novo PNE, na perspectiva de consolidação do Sistema Nacional Articulado de Educação e da ampliação do percentual de investimento do PIB em educação – 10% em caráter emergencial e um mínimo de 7% de forma permanente. Só assim será possível tornar as políticas educacionais mais cooperativas entre os entes federados, com a finalidade de se alcançar a qualidade social da educação à luz dos desígnios do artigo 3º da Constituição Federal, que prima pela inclusão social e pela promoção do desenvolvimento sustentável e duradouro do país voltado a todos/as os/as brasileiros/as.

revista(cs5).indd 15 06/11/10 11:58

Capa



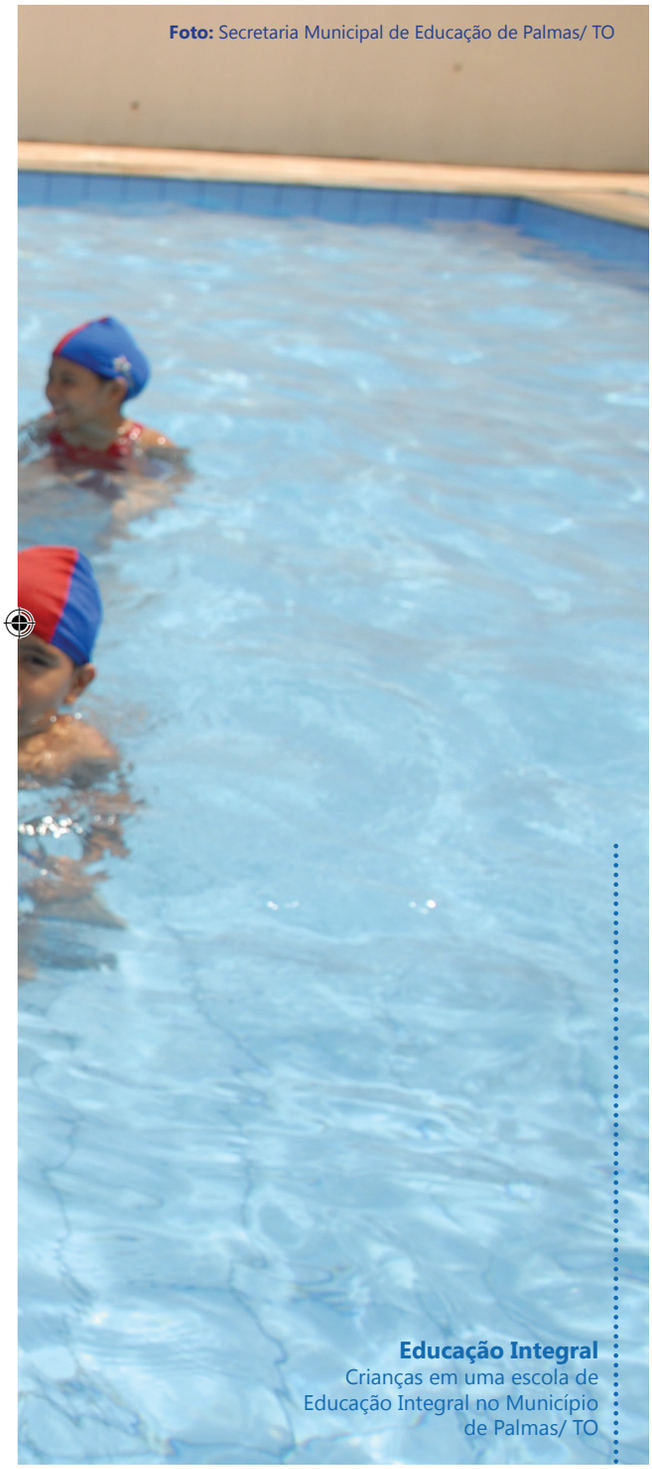


Foto: Secretaria Municipal de Educação de Palmas/ TO

Educação Integral
Crianças em uma escola de Educação Integral no Município de Palmas/ TO

Pesquisa mapeia experiências em jornada ampliada

Conheça dados sobre a ampliação da jornada em escolas de todo o país

O Ministério da Educação realizou um mapeamento de experiências em jornada ampliada em escolas de todo o país. Dos 2112 municípios que responderam ao questionário, 500 têm experiência em jornada ampliada e alguns possuem mais de uma, alcançando um total de 800 experiências.

Segundo o levantamento, 80,1% das experiências são desenvolvidas no contraturno, 10,9% são mescladas com o turno regular e 9% de ambas as formas. Ao serem questionados se a experiência integra o Projeto Político Pedagógico da escola, 76,4% afirmaram que sim. A pesquisa revelou ainda, que 45% das experiências apresentam atividades de, no mínimo, oito horas diárias e em 56% essas atividades são desenvolvidas em cinco dias por semana.

revista(cs5).indd 17 06/11/10 11:58

Foram levantados 2.733 registros de locais de realização dentro da escola. A sala de aula (77,6%), o pátio (60,4%), a quadra de esportes (51,4%) e a biblioteca (45,9%) constituem-se nos locais mais utilizados para a realização dessas experiências na escola.

Referente à normatização das experiências, apesar de se configurarem como políticas públicas, a maioria delas não foi normatizada. Como isso pode prejudicar a continuidade dos projetos, o Ministério da Educação está elaborando um documento norteador aos municípios, com o objetivo de tornar a jornada ampliada uma política de Estado, e garantir a sequência das ações desenvolvidas em todo o país.

A pesquisa, encomendada pelo MEC, foi realizada em conjunto por quatro universidades: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Universidade Federal do Paraná - UFPR e a Universidade de Brasília - UnB.

Experiências que estão dando certo

Minas Gerais - Em Belo Horizonte, o Programa Escola Integrada, iniciado em 2006, atende atualmente cerca de 25 mil alunos, distribuídos em 40 escolas, em atividades como: percussão, artes plásticas, artes visuais, teatro, dança, artes marciais, vôlei, capoeira, xadrez, acompanhamento escolar e conhecimentos específicos.

As atividades são coordenadas por um professor comunitário e as

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, reunindo os Ministérios da Educação, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa destina recursos aos municípios, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, para a implantação da educação integral.

Para Jaqueline Moll, diretora de educação integral e direitos humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ MEC, "a educação integral compreende espaços que não são necessariamente o ambiente escolar. Todo o entorno da escola - museus, praças, bibliotecas, igrejas, teatros - pode ser aproveitado para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos esportes, cultura, meio ambiente, reforço escolar, educação no trânsito, artes e outras que as escolas possam criar".

O recurso do Ministério da Educação, via PDDE, deve ser destinado para o transporte e a alimentação dos monitores e para a compra de kits e material de consumo para as atividades. A transferência é feita após 15 dias da assinatura dos planos de atendimento. O valor depende do número de alunos matriculados e do tipo de atividade oferecida.

O critério para a participação das escolas é a oferta de, no mínimo, sete horas diárias de atividades. As escolas de ensino fundamental atendidas pelo programa estão situadas nos 129 municípios com mais de 100 mil habitantes, incluindo todas as capitais. Em 2009, o MEC ampliou o atendimento, destinando recursos para o desenvolvimento de atividades no contraturno para escolas de municípios com Ideb de até 3,5 pontos, municípios que são atendidos pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci/ Ministério da Justiça, e aqueles com mais de 50 mil habitantes próximos das regiões metropolitanas.

O aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, no Plano Nacional de Educação – PNE, no documento final da Conferência Nacional da Educação Básica – Coneb e no documento final da Conferência Nacional de Educação - Conae.

Atividades	Onde aparecem
Esporte	65%
Reforço escolar	61,70%
Música	57,10%
Dança	54%
Teatro	46,40%
Informática	45,60%
Oficinas temáticas	44,90%
Artesanato	40,50%
Tarefas de casa	40,20%

revista(cs5).indd 18 06/11/10 11:58

oficinas são realizadas por agentes culturais. A secretaria de educação também tem convênio com onze universidades, que cedem estagiários dos cursos de extensão para realizar as atividades.

Em 2008, a Fundação Itaú Social patrocinou uma pesquisa, realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – Cedeplar/ UFMG, para avaliar o impacto da experiência nos alunos e na comunidade. Segundo a coordenadora do programa, Neuza Macedo, a pesquisa verificou que a experiência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos alunos em vários aspectos: melhoria dos hábitos de higiene e nutrição, do domínio sobre o uso da informática e criação do hábito de leitura.

Os espaços utilizados para as atividades são: centros culturais, igrejas, ONGs e órgãos da prefeitura. Segundo Neuza, a expectativa é de que, até 2012, 65 mil alunos sejam atendidos, em 67 escolas da rede.

Tocantins - No município de Palmas, a educação integral tem transformado a realidade dos 1200 alunos da área rural e de toda comunidade. A iniciativa começou em 2007 e, já no ano seguinte, todas as escolas do campo passaram a ser de tempo integral. Atualmente, o município atende a 100% dos alunos dessa modalidade, inclusive da pré-escola.

Cada escola define as atividades que realizará, de acordo com a especificidade da sua região e com o que foi consultado na comunidade, a partir de um currículo básico. Algumas são: esporte, xadrez, coral, fanfarra, dança, teatro, pintura, artes marciais, oficina agrícola e aulas de reforço escolar. A contratação dos profissionais é feita por meio de edital de seleção e concurso público.

Para implantar a educação de tempo integral nas escolas do campo, houve uma reestruturação das dependências escolares, melhoria dos prédios, construção de quadras cobertas, refeitórios, pequenos auditórios e laboratórios de informática.

Segundo o secretário de educação, Danilo Melo de Sousa, "a experiência impacta de várias formas na realidade das crianças e da comunidade. Como as crianças, na escola de tempo integral, fazem de quatro a cinco alimentações por dia, tem se percebido a melhoria do padrão nutricional. Além disso, a escola de tempo integral tem possibilitado a diminuição do trabalho infantil", afirma.

Segundo o secretário, outra consequência é a redução nos custos do transporte escolar. Como todas as crianças ficam o dia todo na escola, os ônibus podem diminuir o número de rotas, o que reduziu em 50% os custos, recurso que hoje é investido na construção de equipamentos.

A qualidade da alfabetização e o desempenho dentro da escola também melhoraram significativamente. Com as aulas de reforço e o dever de casa sendo feito na escola, os alunos estão aprendendo mais, conforme verificado pelos professores nas avaliações.



Foto: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Programa Escola Integrada
Belo Horizonte/ MG

Campanha pela inclusão de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT está realizando uma campanha nacional pela inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

A campanha conta com a adesão de várias secretarias e conselhos de educação e é resultado de uma das deliberações da I Conferência Nacional LGBT, que deliberou, entre outras questões:

"Propor, estimular e garantir medidas legislativas, administrativas e organizacionais, para que em todo o sistema de ensino seja assegurado a estudantes e profissionais da educação travestis e transexuais o direito de terem seus nomes sociais, nos documentos oficiais das instituições de ensino, assim como nas carteiras estudantis, sem qualquer constrangimento para seu/sua requerente, e de usufruírem as estruturas dos espaços escolares em igualdade de condições e em conformidade com suas identidades de gênero, podendo ser integradas ao Programa de Inclusão Educacional".

Segundo Carla Amaral, Diretora-presidente do Transgrupo Marcela Prado, a falta de entendimento e de respeito à identidade de gênero implica na evasão escolar. É geralmente na fase da adolescência que o menino ou a menina assume sua identidade, justamente quando a escola deveria lhe dar formação. Por causa da falta desse entendimento, eles acabam desistindo de estudar.

A Undime apoia a campanha e incentiva as secretarias municipais de educação a regulamentarem a questão, por meio de seus conselhos municipais de educação. Esse é o exemplo do município de Belo Horizonte que, desde 2009, assegura esse direito a alunos e profissionais da educação, por meio de resolução.

Para a professora Macaé Maria Evaristo, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, a escola tem um papel fundamental na redução das desigualdades. Assim sendo, é muito importante o envolvimento dos gestores, com o objetivo de assegurar esse direito, por meio de uma legislação específica. "A atitude tem garantido a permanência e o retorno à escola por segmentos que estavam afastados", afirma a secretária.

Pesquisa revela dados preocupantes

Estudo divulgado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA – USP, em julho de 2009 revelou que os homossexuais estão entre os que mais sofrem ações discriminatórias no ambiente escolar: 87% da comunidade – sejam alunos, pais, professores ou servidores – têm algum grau de preconceito contra os homossexuais.

Foram entrevistados 18,5 mil estudantes, pais, funcionários e educadores em 501 unidades de ensino de todo o país. A pesquisa revelou ainda que o preconceito tem influência sob o rendimento escolar dos estudantes.

Fim da DRU

Consed

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

O Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed participou e contribuiu em todas as discussões e reflexões sobre a DRU inclusive em reuniões e audiências promovidas no Congresso Nacional. A posição do Consed foi sempre clara no sentido de ressalvar dos efeitos da DRU, a vinculação dos recursos de impostos para MDE – Manutenção e Desenvolvimento da Educação, da maneira similar ao que já ocorre com a contribuição social do salário-educação.

Neste sentido, este Conselho apoiou a PEC nº 66, de 2007, que teve como objetivo minimizar os efeitos da DRU sobre os recursos vinculados à educação. A PEC, reconhecendo a dificuldade de o governo federal concordar com a pura e simples excepcionalização dos recursos, propôs a progressiva redução dos efeitos da desvinculação nos quatro anos de vigência da nova DRU. Assim, em 2008, o percentual de desvinculação afetaria o montante de MDE em 15%, em 2009, em 10%, em 2010, em 5% e, nulo em 2011. Igualmente, a PEC corrigiu o cálculo da DRU, indevidamente praticado pelo governo federal, estabelecendo que as transferências tributárias aos estados e municípios serão deduzidas inicialmente e do valor resultado será aplicado os percentuais da DRU.

Outra conquista importante da PEC foi a ampliação da obrigatoriedade de ensino dos 4 aos 17 anos de idade – a faixa etária atual é de 6 a 14 anos. A partir de 2016, o poder público e os pais poderão ser responsabilizados civil e criminalmente por crianças e jovens que não estiverem na escola. Porém, a ampliação da faixa de obrigatoriedade do ensino exigirá o aumento da destinação de verbas à educação básica, área em que historicamente a União contribuiu pouco.

A obrigatoriedade passa a vigorar gradativamente até atingir sua plenitude em 2016, mas até lá coloca as finanças dos entes federados em alerta, pois o aumento das matrículas, sob a responsabilidade dos municípios e dos estados, não terá acréscimo de recursos. O valor de referência do Fundeb, que financia a educação básica, é calculado pelo quociente entre o arrecadado e o *quantum* de matrículas. Assim, a única alternativa será rever a participação da União no Fundo, e particularmente, o artigo 23 da Constituição que trata do regime de colaboração.

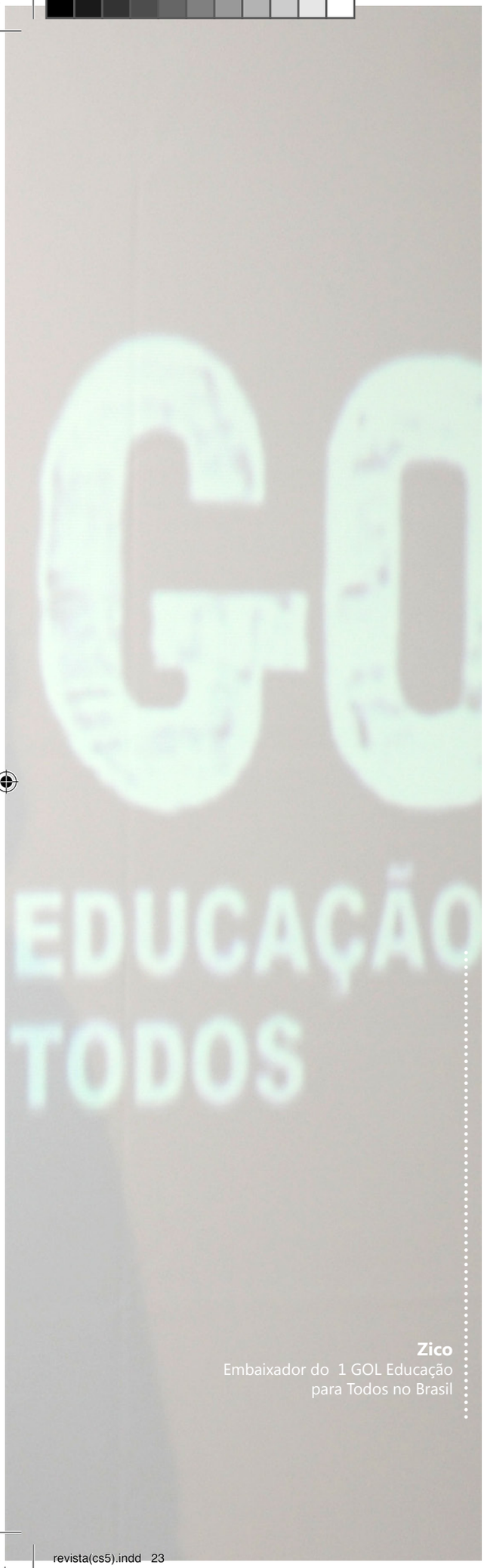
É inquestionável a necessidade de maior aporte de recursos para financiamento da educação pública do país e melhoria da sua qualidade, porém, ainda que a extinção dos efeitos da DRU signifique aumento líquido de recursos federais para educação, isso não significa que tais recursos possam ser utilizados no apoio financeiro que cabe à União destinar aos estados e municípios para a implantação da principal mudança derivada desta PEC que é a ampliação da faixa de educação obrigatória.

O fim da DRU representa uma conquista histórica da educação brasileira, porém, é preciso lutar para que tais recursos possam de fato repercutir em ampliação do ensino básico e, consequentemente, na melhoria da qualidade da educação em nosso país.

revista(cs5).indd 21 06/11/10 11:58



Foto: André Telles



Zico
Embaixador do 1 GOL Educação para Todos no Brasil

1 GOL Educação para Todos

Craques do futebol e líderes mundiais se mobilizam pela Educação de Qualidade

No mundial de futebol da África a educação também comemorou conquistas com a realização da Cúpula de Educação, ocorrida em Pretória pouco antes do jogo final.

Proposta pela Campanha Global pela Educação (CGE) e pela Fifa no contexto da iniciativa "**1 GOL - Educação para Todos**", a cúpula foi convocada e liderada pelo presidente sul-africano, Jacob Zuma. Participaram mais de 100 delegados, incluindo todos os chefes de estado da África, além do presidente alemão, Christian Wulff, o primeiro-ministro da Holanda, Jan Peter Balkenende, o secretário de desenvolvimento britânico, Andrew Mitchell, o Arcebispo Desmond Tutu e o presidente da Fifa, Sepp Blatter.

Aaron Mokoena, capitão da seleção sul-africana e um dos embaixadores do **1 GOL**, também esteve presente e salientou a importância desse primeiro encontro político inserido em um grande evento esportivo. "A história mostra que quando existe vontade política, ótimas coisas acontecem. A África do Sul agora deixa um legado para o resto do mundo: o esporte pode caminhar com a educação", disse o jogador.

Durante a reunião em Pretória foram entregues aos líderes presentes cartões amarelos com mensagens de pessoas de todo o mundo apelando para a necessidade do cumprimento das metas do Programa Educação para Todos, assinado por mais de 160 países na Conferência Mundial de Educação de Dakar (Senegal, 2000). No final da cúpula, foi feita a leitura de uma declaração de comprometimento com a educação mundial. "Inspirados pelo massivo suporte advindo da iniciativa 1GOL, nós apelamos para a comunidade internacional, especialmente os governos nacionais, para que traduzam seu compromisso com a educação em ações concretas, incluindo aumento de financiamento para a área", determina o documento.

revista(cs5).indd 23 06/11/10 11:58

O que é: - O **1GOL - Educação para Todos** é uma parceria entre a Campanha Global pela Educação e a Fifa para pressionar os governos a cumprirem as metas do Programa Educação para Todos (EPT, Unesco, Dakar/Senegal, 2000) e garantir, prioritariamente, que todas as crianças do mundo tenham acesso à educação até 2015. No Brasil, o **1GOL** é coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que também integra o grupo gestor em nível internacional.

A iniciativa já acumulou mais de 15 milhões de assinaturas virtuais da petição. No Brasil já são mais de 280 mil assinaturas feitas pela página www.marque1gol.org.br, onde é possível assistir ao filme com a participação de ídolos do esporte nacional.

No Brasil, o **1 GOL** foi lançado na Tribuna de Honra do Maracanã no dia 31 de maio.

Durante a cerimônia no Maracanã as autoridades e personalidades simbolizaram seu compromisso, assinando uma bola de futebol verde e amarela que foi levada à Cúpula em Pretória.

Entre os que estiveram presentes destacamos: Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Irina Bokova, diretora geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco; Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil; senadora Fátima Cleide, presidenta da Comissão de Educação e Cultura do Senado; Francisco das Chagas Fernandes, secretário executivo adjunto do MEC; Roberto Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Carlos Eduardo Sanches, presidente da Undime; Rosana Heringer, diretora executiva da Action Aid.

Zico, embaixador do **1 GOL** no Brasil, participou desde o início do lançamento e fez um pronunciamento aos presentes: "O mais importante para o nosso país é a educação. É através dela que formamos cidadãos e é por isso que hoje eu estou aqui".

Você pode contribuir com o **1 GOL – Educação para Todos** e fazer com que o número de assinantes continue crescendo.

A educação precisa ser prioridade para todos os membros da sociedade e os governos precisam perceber isso, por meio das mobilizações sociais.
Individualmente, você pode divulgar para sua rede de amigos por meio eletrônico, Twitter, blog, Orkut, Facebook e pedir para que eles façam o mesmo:
- a página www.marque1gol.org.br;
- as causas da petição on line;
- as personalidades políticas e artísticas brasileiras e mundiais que estão envolvidas;
- os clubes e os atletas que estão participando;
- os vídeos e as entrevistas nacionais e internacionais.

Na Secretaria Municipal de Educação ou na sua escola, você pode promover reuniões e encontros com a comunidade escolar para:
- explicar a estrutura do financiamento da educação básica pública e as obrigações compartilhadas entre município, estado e União;
- discutir os pontos apresentados pela petição;
- analisar como está o cumprimento das metas em seu município;
- criar maneiras para obter novos assinantes para a petição.

O importante é realizar o diagnóstico, estabelecer o diálogo, elaborar o planejamento e desenhar as estratégias para mais essa mobilização em prol de uma educação pública com qualidade social.

revista(cs5).indd 24 06/11/10 11:58

Semana de Ação Mundial

Estudantes de todo país também foram envolvidos na mobilização do **1 GOL** durante a Semana de Ação Mundial, realizada de 25 a 30 de abril. Além do pré-lançamento da campanha, foram realizadas mesas de interesse sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) em vários estados.



Foto: Divulgação

Toda sociedade brasileira pode contribuir com o **1 GOL** assinando e divulgando a petição na página www.marque1gol.org.br.

Petição

Ao assinarem a petição, os cidadãos e cidadãs de todo mundo apoiam as seguintes exigências globais:

1. Os países desenvolvidos devem garantir os recursos financeiros aos quais se comprometeram a destinar em benefício do cumprimento do Tratado Educação para Todos.

2. Os países desenvolvidos devem apoiar um plano de coordenação global para atingir melhores resultados.

3. Os países desenvolvidos devem tornar disponível ajuda externa para os custos correntes da educação: professores, livros e escolas.

4. Os países desenvolvidos devem ter como foco de cooperação os países que enfrentam os maiores desafios em relação à garantia do direito à educação, incluindo aqueles em situação de guerra e conflito.

5. Países em desenvolvimento devem destinar 20% do seu orçamento público para políticas de educação, sendo 50% destes destinados para a escola primária.

6. Países em desenvolvimento devem abolir taxas e cobranças que impedem famílias de manterem suas crianças na escola.

7. Países em desenvolvimento devem promover a inclusão de meninas e outros grupos marginalizados de crianças a partir de programas especiais como merenda e bolsas.

8. Países em desenvolvimento devem contratar e formar todos os professores necessários ao cumprimento das metas do Tratado Educação para Todos.

9. Todos os países devem definir o investimento em educação com base nos recursos necessários a garantir a qualidade da educação ofertada a todos, garantindo salas de aula com menos de 40 alunos por professor, boa infraestrutura e professores, promovendo a aprendizagem.

10. Todos os países devem fazer do Educação para Todos um direito constitucional.

Os cidadãos brasileiros que assinam esta petição exigem que o Estado Nacional:

1. Inclua, até 2014, ocasião em que ocorrerá a próxima Copa do Mundo, todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola.

2. Torne o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) a principal referência do financiamento público da educação. Isso significa um esforço imediato de vinculação de 1% do PIB, além do que já é investido, em educação básica pública. Segundo deliberação da Conae (Conferência Nacional de Educação) esse valor adicional deve ser empreendido via aumento da complementação da União ao Fundeb (Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação).

3. Implemente integralmente a Lei do Piso Nacional Salarial dos Profissionais da Educação, Lei Nº. 11.738, de 16 de julho de 2008. Sem remuneração condigna dos profissionais do magistério não é possível consagrar o direito à educação pública de qualidade.

revista(cs5).indd 25 06/11/10 11:58

ECA completa 20 anos

Legislação avançou, mas ainda há desafios a enfrentar

Em seus 267 artigos, o ECA impôs ao Estado e à sociedade uma série de obrigações e deveres que resultaram em uma grande rede de proteção social para crianças e adolescentes. Os números falam por si: em 20 anos a mortalidade infantil caiu mais de 60%; o analfabetismo entre as crianças de 10 a 14 anos, que era de 14%, em 1990, foi reduzido a 2,8% (dados do IBGE de 2008); e o trabalho infantil teve queda de 50% em quase 20 anos. No entanto, persistem altos os índices de gravidez na adolescência; e a violência contra crianças e adolescentes continua sendo um problema de difícil solução. "Ainda é necessário avançar mais nas áreas de educação, saúde, segurança, lazer, esportes e vida digna. Mas em 20 anos esses meninos e meninas foram beneficiados por importantes ações que garantiram seus direitos fundamentais", avalia o deputado Pedro Wilson (PT-GO), que propôs a realização de um seminário para debater os resultados do ECA.

A lei ainda é alvo de constantes debates no Legislativo. Atualmente, 34 projetos de lei que alteram o estatuto já foram aprovados em pelo menos uma comissão da Câmara. No total, tramitam 169 propostas de mudança do ECA. Em comemoração aos 20 anos do Estatuto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 14 de julho, mensagem que encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei para proibir a prática de castigos físicos em crianças e adolescentes. A educação terá que ser realizada na base do diálogo e da conversa. Nessa proibição, está incluída também a palmada. Beliscões, tapinhas na mão, puxões de cabelo, xingamento, uso da criança para desqualificar o cônjuge, surras, chacoalhar ou empurrar, obrigar a criança a ficar em determinado lugar, também ficam proibidos no novo texto. A regra vale tanto para o ambiente doméstico quanto para os demais cuidadores de crianças e adolescentes, como abrigos e escola. As punições aos infratores variam de advertência, orientação psicológica e encaminhamento a programas de proteção à família. Foi nesse contexto que a Revista Educação Municipal conversou com Mário Volpi, coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do UNICEF no Brasil, que fez uma análise dos 20 anos do ECA.

Sancionado em 13 de julho de 1990, o ECA é a regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição que estabelece como "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária"

Revista Educação Municipal - Qual o significado dos 20 anos do ECA ?

Mário Volpi: Podemos dizer que, após 20 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação da infância e da adolescência no Brasil vem melhorando de forma expressiva, confirmando que a mudança legal que o país fez em 1990 representou um importante avanço. É preciso agora enfrentar, com grande empenho, os desafios de redução das disparidades e da universalização dos direitos para que cada criança e cada adolescente possam sobreviver, desenvolver-se, aprender, proteger e ser protegidos contra o HIV/Aids, crescer sem violência e ser prioridade absoluta nas políticas públicas.

REM - Quais avanços podem ser destacados?

MV: Nesses 20 anos do Estatuto, houve importantes avanços na implementação de um complexo sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. O Estatuto agregou à estrutura de Estado dois novos órgãos: o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

Foram criados 5.084 Conselhos de Direitos, cobrindo 91,4% dos municípios brasileiros. Já o Conselho Tutelar se encontra muito próximo da universalização, estando presente em 98,3% dos municípios (5.472). No total, 5.039 cidades possuem ambos os conselhos.

Para fortalecer os avanços promovidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e dar respostas aos muitos desafios que o país ainda enfrenta na área da infância, o governo federal e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente estão elaborando a Política Nacional e o Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O documento, ainda em discussão, definirá as diretrizes da política nacional voltadas para essa parcela da população.



Foto:UNICEF/BRZ/Manuela Cavadas

REM - Nas escolas, o que foi feito e o que ainda pode ser realizado neste contexto?

MV: Na área da Educação, também se observam importantes avanços nesses últimos 20 anos. Em 2007, foi aprovada a lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, dando a possibilidade de os municípios financiarem a educação infantil. Somado a isso, foi aprovada, em novembro do ano passado, a Emenda Constitucional que amplia os recursos da educação e assegura a obrigatoriedade do ensino a crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, que será totalmente implementada até 2016.

O percentual de crianças entre 7 e 14 anos no ensino fundamental, por exemplo, subiu, entre 1992 e 2008, de 81,4% para 94,9% em todo o Brasil. Uma tendência semelhante é observada tanto na Região Norte quanto Nordeste. Na Região Norte, o mesmo indicador subiu de 82,6% para 93,6%. Foi no Nordeste, entretanto, que se observou a maior alta do indicador, passando de 69,7% para 94,3%. Em relação à proporção de adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio, os números também revelam avanços expressivos. Em todo o Brasil, o percentual subiu de 18,5% para 50,4% entre 1992 e 2008.

A universalização do acesso na idade certa e a qualidade do ensino médio podem ser citados como exemplo do que há ainda por fazer.

REM - Em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou mensagem que encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei para proibir a prática de castigos físicos em crianças e adolescentes. Fale um pouco desse projeto.

MV: A proposta vem somar-se aos avanços na garantia dos direitos de crianças e adolescentes impulsionados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto materializa preceitos defendidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário, e do Estudo Global das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, do Secretário-Geral da ONU.

O UNICEF deseja que o Congresso Nacional promova um rico debate sobre o assunto. E mais, que essas discussões sejam levadas à sociedade e que a percepção de que castigos corporais contra crianças e adolescentes sejam educativos desapareça das famílias brasileiras e dê lugar à cultura do diálogo, do carinho, dos bons exemplos e do direito de cada criança a crescer sem violência. Bater em uma criança é agressão e um atentado ao desenvolvimento físico e psicológico pleno e saudável. Se aprovada, o Brasil será o 26º país a adotar uma lei contra o castigo corporal de crianças.

REM - A desigualdade social é um dos principais entraves para a conquista democrática dos direitos da criança? Já que o Brasil tem um dos maiores sistemas de proteção do mundo.

MV: Sem dúvida. Em termos gerais, os indicadores sociais brasileiros apresentam melhoras significativas nas médias nacionais, mas há ainda importantes desafios quando se observam as realidades regionais. Para se ter uma dimensão das iniquidades brasileiras que ainda persistem, no Nordeste, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos continua bem acima da média nacional, com 34,1 óbitos para cada mil nascidos vivos – mesmo tendo sido registrada uma redução de 28,8% na região entre 2000 e 2007. Na Região Norte, apenas 31% das gestantes têm acesso a pelo menos seis consultas de pré-natal, muito abaixo da média nacional de 57,1%.

REM - Como a comunidade escolar pode ajudar para que os direitos das crianças sejam atendidos e preservados?

MV: A comunidade escolar tem um papel importante na divulgação dos direitos da infância e no desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e recreativas que contribuam para o fortalecimento da cidadania. Contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos e motivados a participar ativamente da sociedade é algo que a escola pode fazer de forma bem articulada com os demais conteúdos e práticas de seu dia-a-dia.

revista(cs5).indd 28 06/11/10 11:58

Selo UNICEF Município Aprovado

Conheça a iniciativa realizada pelo UNICEF e seus parceiros para ajudar a garantir os direitos de crianças e adolescentes

Um das iniciativas realizadas pelo UNICEF para ajudar a garantir o direito de aprender a cada criança e a cada adolescente no Brasil é o Selo UNICEF Município Aprovado. Por meio do Selo, são desenvolvidas as capacidades dos gestores municipais e atores locais, monitorados e avaliados as políticas e o impacto da gestão municipal e da participação social na vida de meninas e meninos.

A terceira edição do Selo no Semiárido e a primeira na Amazônia foram lançadas em 2009 e cerca de 1,8 mil municípios destas duas regiões (cerca de 80% do total) já estão participando desse programa.

A iniciativa está articulada com o Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido e a Agenda Criança Amazônia, que reúnem esforços do governo federal, dos estados e municípios, de organismos internacionais, da sociedade civil e da iniciativa privada para reduzir as disparidades regionais e apoiar o Brasil no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

MUNICÍPIO APROVADO
unicef
EDIÇÃO 2009-2012

revista(cs5).indd 29 06/11/10 11:58

Como funciona o Selo?

Os municípios que se inscrevem no Selo assumem o compromisso de melhorar a vida de crianças e adolescentes, realizando e aprimorando programas e políticas de atenção à infância. O município se enche de vida e de entusiasmo para superar os desafios, articula e une forças em prol das crianças. Prefeitura, sociedade civil, escolas, famílias, grupos religiosos e culturais e diversos setores se envolvem nesse processo. Ao final do ciclo, aqueles que conseguem os maiores avanços obtêm um reconhecimento internacional: o Selo UNICEF Município Aprovado.

Meninos e meninas também têm participação garantida, que é indispensável para o sucesso dessa iniciativa. Ao todo, esta edição do Selo UNICEF dura 38 meses, período em que o município se movimenta para traçar e alcançar metas, mobilizar a sociedade civil, desenvolver projetos em busca dos objetivos do Selo e acompanhar a situação da infância e da adolescência, por meio de indicadores e fóruns comunitários.

Ações complementares de fortalecimento da gestão local, promoção da participação social e capacitação de diversos segmentos no âmbito municipal são realizadas para alcançar e melhorar um conjunto de objetivos e indicadores sociais. Essas ações têm resultados concretos nas condições de vida dos meninos e meninas.

Em 2012, no final do ciclo do Selo UNICEF, os municípios que obtiverem os melhores resultados na melhoria de vida de crianças e adolescentes recebem um reconhecimento internacional.

O que o UNICEF faz no Selo?

Mobiliza e capacita pessoas para incentivar e qualificar sua participação na criação e no fortalecimento das políticas públicas para meninas e meninos de até 17 anos

Monitora e avalia o desempenho dos municípios, com base em um conjunto de dados (indicadores sociais)

Certifica e reconhece os esforços de municípios que conquistam os maiores avanços na melhoria de vida de crianças e adolescentes

Como o Selo é avaliado
Eixo 1
Impacto Social Revela a situação da população de até 17 anos.
Eixo 2
Gestão de Políticas Públicas Avalia avanços na vida das meninas e meninos alcançados por conta de ações, programas e políticas sociais.
Eixo 3
Participação Social Abrange realização de Fóruns Comunitários e de ações e projetos educativos em torno dos seguintes temas: Educação para Convivência com o Semiárido **(só para Semiárido)** Mudança Climática e o Impacto na Vida de Crianças e Adolescentes **(só para a Amazônia)** Cultura e Identidade - Comunicação para Igualdade Étnico-racial **(para Amazônia e Semiárido)** Esporte e Cidadania **(para Amazônia e Semiárido)**

revista(cs5).indd 30 06/11/10 11:58

Quais são os resultados do Selo para os municípios?

Ao mobilizar gestores e a população, a metodologia do Selo tem contribuído para que os municípios conquistem importantes melhorias na vida de meninas e meninos.

Nos 1.130 municípios que participaram do Selo em 2007 e 2008, foi registrada, por exemplo, uma queda de 63% na distorção idade-série, medida pela adequação entre a idade do aluno e a série na qual está matriculado. Também foram obtidos diversos avanços como a queda da mortalidade infantil e da desnutrição.

Conheça o UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é a agência da ONU que tem como mandato assegurar que cada criança e cada adolescente tenham seus direitos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos.

Com presença em 191 países, é referência mundial em conhecimento e ações de desenvolvimento relacionados à infância e adolescência, credibilidade construída a partir do intercâmbio de boas práticas.

No Brasil desde 1950, está presente em cada uma das mais importantes conquistas obtidas na área dos direitos de crianças no Brasil nas últimas décadas como a erradicação da pólio, a redução da mortalidade infantil, a distribuição da merenda escolar e a recente ampliação da obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos.

O UNICEF esteve presente em vitórias como essas, liderando ou apoiando ações que já estão ajudando a garantir uma vida melhor para milhares de crianças e adolescentes brasileiros.

Conheça as ações do UNICEF no Brasil
www.unicef.org.br
www.selounicef.org.br



Foto: UNICEF/BRZ/Ines Campelo

Selo no Semiárido
queda de 63% na distorção idade-série nos municípios que participaram da iniciativa em 2007 e 2008



Foto: Banco de imagens do MEC

EJA

Fóruns discutem políticas para a educação de jovens e adultos

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios – Pnad 2003, 68 milhões dos jovens e adultos brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental e apenas 6 milhões estão matriculados em Educação de Jovens e Adultos - EJA. Os dados revelam a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades dessa modalidade de ensino.

A realização da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que aconteceu em 1997, impulsionou a criação de fóruns estaduais para debater a educação de jovens e adultos. A idéia dos fóruns surgiu a partir de reuniões locais, realizadas a partir da convocação da Unesco para preparar os debates para a Conferência. Porém, percebeu-se a necessidade de um espaço permanente de discussão, troca de experiências, articulação, reivindicação para formular políticas públicas nessa modalidade de ensino.

A primeira iniciativa na consolidação desse espaço partiu do Fórum do Rio de Janeiro e foi, posteriormente, seguida por outros estados, que também implantaram Fóruns Estaduais de Educação de Jovens Adultos. Atualmente, todos os estados brasileiros possuem fóruns de EJA. Eles são caracterizados como movimento social, em prol da luta pelo direito à educação ao longo da vida. São compostos por representantes de vários segmentos - movimentos sociais, pesquisadores, estudantes, organizações não governamentais, sindicatos, governo, entre outros – que atuam em diversas frentes da educação de jovens e adultos, como: indígena, campo, ambiental, relações étnico-raciais, prisional, educação especial, pescadores e gênero. As questões de maior relevância levantadas nos fóruns são apresentadas no Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Eneja, realizados anualmente, desde 1999.

Os fóruns têm realizado parcerias e colaborado com a formulação e efetivação de ações do Ministério da Educação, além de conquistar espaços como representação na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – Cnaeja. Em 2006, foi criado o Portal dos Fóruns de EJA. Ele contém informações sobre os fóruns e propicia a integração entre os seus participantes, que podem discutir e contribuir sobre as temáticas na própria página da Internet.

Para participar dos fóruns é muito simples: basta entrar em contato com os coordenadores estaduais e se informar sobre as datas dos encontros. Está tudo disponível no portal:
http://www.forumeja.org.br.

revista(cs5).indd 32 06/11/10 11:59



Datas importantes

Enem 2010

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem serão aplicadas nos dias 6 e 7 de novembro de 2010, divididas da seguinte forma: As avaliações de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias serão realizadas no dia 6 e de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática no dia 7. O horário de início para ambas será às 13h, com término respectivamente às 17h30 e 18h30. Mais informações na página da internet do Enem: www.enem.inep.gov.br.

Semana de Ação Mundial – SAM 2011

O tema da Semana de Ação Mundial 2011 estará ligado à educação de mulheres e meninas e a meta é envolver mais de 300 mil participantes em todos os estados e o Distrito Federal, pelo terceiro ano consecutivo. Organizações, escolas e pessoas que tiverem interesse em participar da SAM 2011 já podem entrar em contato com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelo endereço eletrônico sam@campanheducacao.org.br ou pelos telefones (11) 3159-1243 e (11) 8793-7711.

Selo Unicef Município Aprovado

Os municípios que se inscreveram na edição 2009-2010 do Selo Unicef Município tem até o dia 29 de outubro para enviar o material da realização do Fórum Comunitário para o UNICEF (o Plano de Ação Municipal, o relatório referente à realização do Fórum e a relação de participantes, incluindo lista de presença). Mais informações em: www.unicef.org/brazil.

Exame para certificação de EJA será em 12 de dezembro

O Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – Encceja será aplicado no dia 12 de dezembro. O exame é direcionado às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e, ainda, pode ser utilizado como certificação pelas Secretarias de Educação aos alunos de EJA. O Inep não deve realizar o Encceja em municípios onde sejam feitas menos de 80 inscrições ou ausência de condições logísticas para aplicação. Nesses casos, os participantes serão realocados em municípios próximos. Para saber mais, acesse http://encceja.inep.gov.br/.

revista(cs5).indd 33 06/11/10 11:59

Documento orienta municípios na implementação da Lei 10639/ 03

A Lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep indicam que o Brasil tem 55 milhões de alunos matriculados na educação básica. Destes, 25 milhões se declararam negros ou pardos e 19 milhões, brancos. Os negros e pardos ocupam o dobro das vagas na educação de jovens e adultos – 2,5 milhões contra 1,2 milhão - o que está diretamente relacionado à evasão escolar. Estes e outros dados mostram que os sistemas de ensino precisam adotar ações que tornem a escola mais acolhedora para todos, contribuindo com a diminuição das desigualdades.

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileiras nos currículos escolares. Porém, o que se tem percebido é que os gestores e a população têm pouco conhecimento sobre o assunto e, geralmente, a escola tem usado modelos superados para discutir a temática. Segundo a Coordenadora-geral de Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ MEC, Leonor Franco de Araújo, "as escolas têm discutido a temática, na maioria das vezes, retratando apenas a escravidão ou comemorando o Dia da Consciência Negra. É necessário incluir nos currículos escolares a história e a cultura afro-brasileiras e como os negros contribuíram para a construção da nossa sociedade".

O "Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana" é um documento orientador para os municípios na aplicação da lei. O texto discute as atribuições das instituições de ensino, dos grupos colegiados e núcleos de estudos, dos fóruns e dos sistemas de ensino. Além disso, apresenta as bases legais e as ações do governo federal.

Plano Nacional de Implementação da Lei 10639 /03

O material está disponível no portal da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir: http://www.portaldaigualdade.gov.br/publicacoes/africaescolas.pdf

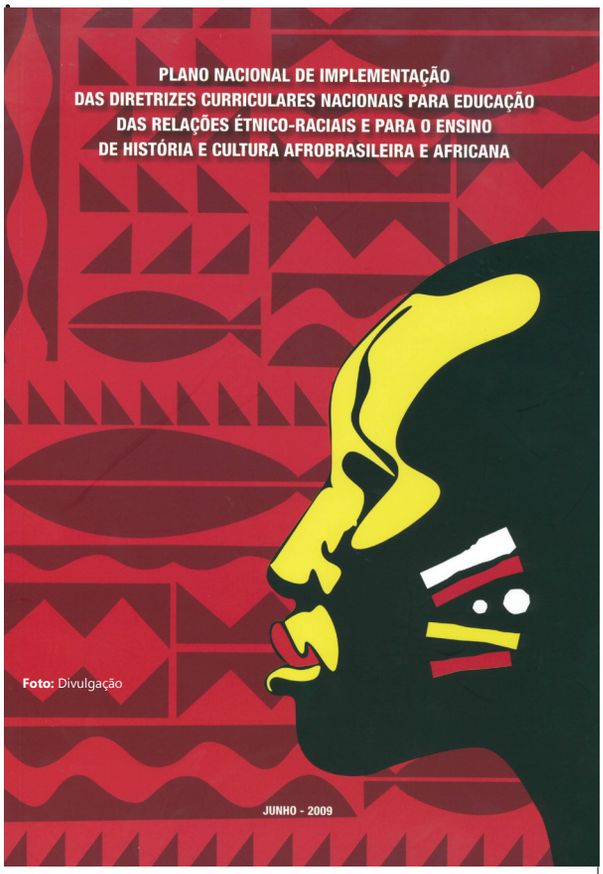


Foto: Divulgação

Experiências bem sucedidas

Em Farroupilha/ RS, o Conselho Municipal de Educação está realizando, com a Secretaria Municipal de Educação, encontros de formação continuada com a equipe diretiva e professores de História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa. O objetivo é fazer com que os professores entrem em contato com a legislação e o parecer do Conselho Nacional de Educação, sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras.

Segundo Diego Tormes, presidente do Conselho Municipal de Educação de Farroupilha, "o intuito é subsidiar os professores, para que possam adaptar os planos de estudos e as propostas pedagógicas de suas escolas". A Secretaria de Educação compila o material didático-pedagógico que os professores terão acesso para trabalhar a temática com os alunos em sala de aula.

Santa Cruz do Sul/ RS é outro exemplo. Segundo a coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação do município gaúcho, Edna Cláudia Jorge da Silva, várias ações estão sendo realizadas para a implantação da lei: "Estamos trabalhando a inclusão do conteúdo, como o material será trabalhado e os seus objetivos nos planos de estudos das escolas", afirma.

Em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, o município tem a oferta de um curso, com duração de 40 horas, para professores de História e Geografia, supervisores escolares e para a própria equipe da secretaria, com foco na implantação da lei. Em consequência do curso, foi criado um grupo de trabalho que está organizando seminário regional.

A Secretaria criou também um grupo de discussão, com a participação de vários segmentos e outras secretarias, que se reúne quinzenalmente, para a construção de alternativas e práticas pedagógicas na implementação da temática nas escolas. Além disso, a jornada pedagógica de abertura do ano letivo para os professores abordará a participação dos afro-brasileiros na formação do município.

Um pouco de História e Cultura Afro-brasileira

A cultura afro-brasileira é resultado das influências da cultura africana, portuguesa e indígena. Essas referências estão presentes na música, na religião, na culinária, nas artes. Por muito tempo, as manifestações culturais afro-brasileiras foram proibidas, desprezadas e perseguidas, porque a cultura que imperava era a européia.

Somente a partir do século XX, as expressões culturais afro-brasileiras começaram a ser aceitas pelas elites, a começar pelo samba, marca registrada da cultura popular e internacionalmente conhecido e admirado. Posteriormente, o governo da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas desenvolveu políticas de incentivo do nacionalismo, nas quais a cultura afro-brasileira pôde ter aceitação oficial. Por exemplo, os desfiles de escolas de samba ganharam nesta época aprovação governamental por meio da União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fundada em 1934. A capoeira, que era considerada forma de briga de bandidos, foi apresentada, em 1953, por mestre Bimba ao presidente Getúlio Vargas que então a chamou de "único esporte verdadeiramente nacional".

revista(cs5).indd 35 06/11/10 11:59

Programa Nacional de Alimentação Escolar tem novas regras

Municípios devem se adequar à nova legislação sobre alimentação escolar para garantir o recebimento de repasse de recursos

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae é uma ação do governo federal, que tem por objetivo complementar os recursos dos municípios para a compra da merenda escolar. A ação beneficia cerca de 47 milhões de estudantes em todo o país.

A Lei 11.947/2009, regulamentada pela Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, estabeleceu novas regras para o financiamento do programa. Portanto, os municípios que não se adequarem poderão ter o repasse de recursos cancelado.

A principal mudança na legislação é a obrigatoriedade da aplicação de 30% dos recursos na compra de produtos advindos da agricultura familiar. Essa medida vai beneficiar tanto os agricultores familiares quanto os alunos, que terão a garantia de uma alimentação saudável. Mais ainda, contribuirá para a valorização dos hábitos alimentares e o desenvolvimento local.

Para orientar os gestores na execução dessa etapa, foi editado o passo a passo abaixo, a partir de um material elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, incluindo informações específicas.

A cartilha está disponível no portal do MDA www.mda.gov.br

Cardápio

Os cardápios devem ser elaborados por um nutricionista, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos e a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. Deverão ser oferecidas, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana.

Dicas

- A nutricionista deve ser cadastrada no sistema do FNDE. Para isso, o gestor deve acessar www.fnde.gov.br, clicar em "alimentação escolar", depois na guia "alimentação e nutrição" e, por último em "formulário de cadastro do nutricionista".

- O gestor deve ficar atento aos gêneros alimentícios que não são permitidos comprar com os recursos do FNDE. São eles: bebidas com baixo teor nutricional (refrigerantes, refrescos artificiais e similares), enlatados, embutidos, doces, compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas, concentrados (em pó ou desidratados), alimentos com quantidade elevada de sódio (igual ou superior a 500 mg por 100 g ou ml) ou de gordura saturada (igual ou superior a 5,5 g por 100 g ou 2,75 g por 100 ml).

Chamada pública

A entidade executora (pode ser a secretaria de educação estadual/municipal, a prefeitura ou a própria escola, dependendo do sistema de descentralização de recursos do município) deverá publicar em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na Internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação, a demanda do município.

Dicas

A chamada pública difere da licitação. Nela, o contratante não fica obrigado a comprar do fornecedor por conta do menor preço ofertado. O contratante também não precisa, obrigatoriamente, estimular uma data fixa para a entrega das propostas (pode estipular um período, por exemplo, em que receberá propostas). A qualquer momento, o edital pode ser modificado ou até mesmo cancelado, sem nenhuma responsabilidade ao contratante.

Trata-se de um edital, onde a entidade executora informará a demanda de produtos, a periodicidade do fornecimento (lembrando de considerar a sazonalidade da região), em que condições o produto deve ser entregue, os critérios de habilitação do agricultor, a fonte de recursos (FNDE), os prejuízos no caso de não cumprimento dos prazos, a data e forma de pagamento (que deve ser em cheque nominal ou ordem bancária), entre outros. Além disso, deve constar na chamada pública o formulário para que o agricultor preencha o seu projeto de venda.



Hora da merenda
Centro de Educação Infantil da
Prefeitura de Natal/ RN

O município também deve ter constituído o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, com o cadastro devidamente atualizado no sistema (www.fnde.gov.br/pnaeweb). O CAE tem por objetivo fiscalizar a aplicação dos recursos do programa.

A entidade executora deve elaborar e remeter ao Conselho de Alimentação Escolar do município, até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse, a prestação de contas constituída dos seguintes documentos: Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, Relatório Anual de Gestão do PNAE, extratos bancários da conta corrente específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas e conciliação bancária.

Após o recebimento da documentação, o conselho deve realizar a análise e fazer o registro em ata, emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do programa e encaminhá-lo para o FNDE até 31 de março, acompanhado da documentação.

Preço de Referência

Serve de parâmetro para os valores dos produtos a serem adquiridos, demonstrando que o gestor pagou preços justos. Devem ser atualizados semestralmente.

Dicas

Os preços de referência são aqueles praticados pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Nas localidades em que não houver PAA, os preços de referência deverão ser calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano para compra da Agricultura Familiar:

- até R$ 100 mil por ano, calcular: a média dos preços pagos aos agricultores familiares por três mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar; ou os preços praticados no varejo, em pesquisa no mercado local ou regional;

- iguais ou superiores a R$ 100 mil por ano, calcular: a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses; ou os preços apurados nas licitações de compras de alimentos realizadas, desde que estejam em vigor; ou os preços vigentes, apurados em orçamento, de no mínimo três mercados atacadistas locais ou regionais.

Projeto de Venda

É o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em venderem para a alimentação escolar. Deverá ser elaborado pelo grupo formal ou pelo grupo informal de agricultores familiares, preenchendo-se o formulário conforme o Anexo V da Resolução nº 38.

Recebimento de Projeto de Venda

Para serem fornecedores de alimentação escolar, os agricultores familiares devem entregar os seguintes documentos:

- Grupos informais (grupo de agricultores familiares e empreendedores familiares locais): Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP (http://smap.mda.gov.br/credito/dap/cpf.asp) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda.

- Grupos formais (organizações da agricultura familiar, como associações, cooperativas, etc.): Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP jurídica, CNPJ, cópias de certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda.

revista(cs5).indd 37 06/11/10 11:59



Foto: **Arquivo** Undime

Hora da merenda
Centro de Educação Infantil da Prefeitura de Natal/ RN

Responsabilidade dos estados

A resolução enfatizou a responsabilidade dos estados no fornecimento da alimentação escolar da sua rede: "Os estados poderão transferir a seus municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar o repasse de recursos do FNDE referentes a esses estudantes diretamente ao município".

Ou seja, os municípios não são obrigados a fornecer alimentação escolar para os alunos da rede estadual e, somente com um acordo entre as duas partes, pode ser realizada a delegação do atendimento dos estudantes da rede estadual aos municípios.

O FNDE disponibilizou, no portal da Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar – Rebrae, um *chat* para responder as dúvidas dos gestores sobre alimentação escolar. O endereço é o www.rebrae.com.br.

Seleção de Projetos de Venda

Caso os projetos de venda do município não correspondam às normas legais, o gestor deve buscar projetos da região, do território rural, do estado ou do país, nesta ordem. O limite individual de venda por agricultor é de R$ 9.000,00 por ano.

Os produtos devem atender o que determina a legislação sanitária, com certificação de um desses órgãos: Sistema de Inspeção Municipal ou Estadual (SIM/SIE), Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

No caso de produtos de origem animal, deve passar pelo serviço de inspeção municipal. Quando não há, deve passar pela inspeção federal, por meio do Suasa, ou se organizar em consórcio com outro município.

Dicas

O gestor deve lembrar, ainda, que tem como prioridade os assentamentos agrícolas, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

Contrato

O contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento dos agricultores (ver modelo de contrato no anexo da Resolução nº 38).

Entrega dos produtos

Após a entrega dos produtos, conforme o cronograma pré-estabelecido, ambas as partes (entidade executora e agricultores familiares) devem assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar. Caso o grupo de agricultores seja informal, devem assinar ainda a ciência de Entidade Articuladora. Esses documentos estão no anexo da Resolução nº 38.

Documento que deve ser exigido no momento da entrega: nota do produtor rural (bloco do produtor) ou nota avulsa (obtida na Prefeitura) ou nota fiscal (no caso de grupo formal).

Educação para o desenvolvimento sustentável

Fundação Itaú Social

A Fundação Itaú Social tem como objetivo formular, implantar e disseminar metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional e à avaliação de projetos sociais.

A atuação da Fundação Itaú Social se dá em todo o território brasileiro, em parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e com organizações da sociedade civil.

Os programas e projetos desenvolvidos têm como foco a leitura e escrita, a educação integral, a gestão educacional, a ampliação das oportunidades de inserção social da juventude e a disseminação da cultura de avaliação econômica de projetos sociais.

Um exemplo das ações realizadas pela Fundação é o programa Melhoria da Educação no Município, em parceria com a Undime e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, que desde 1999 oferece capacitação a gestores municipais de educação com o objetivo de melhorar os índices educacionais. O programa já percorreu 1.027 municípios em 17 estados brasileiros e teve a participação de 3.438 gestores. A edição 2010 se desenvolve em 18 cidades do Paraná.

A Fundação Itaú Social foi pioneira no incentivo de práticas de educação integral no Brasil ao criar o Prêmio Itaú-Unicef, em 1995, em parceria com o Unicef e com o apoio da Undime. Outro exemplo bem sucedido é o programa Escrevendo o Futuro, iniciativa incorporada à política de governo federal para os ensinos fundamental e médio, que se tornou Olimpíada da Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, em 2008.

A Fundação Itaú Social é parceira institucional da Undime, pois tem a forte convicção de que a melhoria da educação no Brasil passa pelo fortalecimento da gestão municipal da educação.

Acesse: www.fundacaoitausocial.org.br e saiba mais.

revista(cs5).indd 39 06/11/10 11:59

Undime mobiliza órgãos fiscalizadores para verificação de contas do Fundeb

A Undime solicitou, no último mês de maio, aos Tribunais de Contas dos Estados e aos Conselhos de Acompanhamento e Controle do Fundeb a verificação imediata das contas estaduais relativas ao Fundo.

No ano passado, a dívida dos governos estaduais com o Fundeb somou o valor de R$ 1,2 bilhão. Os responsáveis pelas políticas fiscais dos estados alegam que o problema ocorrido é puramente contábil, porque o dinheiro foi depositado, mas acabou não sendo contabilizado. O problema, segundo a coordenadora de Administração Financeira de São Paulo, Emília Ticami, está na Portaria nº 496. "A Portaria prevê que o repasse ocorra no segundo dia útil da semana seguinte ao término do mês. A justificativa dos secretários é que o problema ocorre em dezembro, pois a contabilidade entra para o Fundo ainda no último dia do mês, mas o dinheiro só entra na primeira semana do ano. O Estado declara ter recebido o imposto, mas só repassa no ano seguinte. Assim, o depósito não bate com o extrato e dá diferença no resultado.

Os secretários de Fazenda propõem a modificação da legislação para sanar o problema. Já o coordenador-geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundeb, Vander Borges, diz que a argumentação dos Estados faz sentido, mas lembra que o trabalho do FNDE é apontar as diferenças e entregar o relatório. Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar".

Para a diretoria da Undime a afirmação dos secretários não é suficiente. O presidente Carlos Eduardo Sanches diz que "falta transparência neste processo. A possibilidade de que estados não repassem corretamente o dinheiro do Fundeb abre um precedente muito perigoso, podendo colocar em risco a credibilidade de um fundo que funciona de maneira automática. É necessário que os Tribunais fiscalizem e ofereçam garantias que tal desvio efetivamente não aconteceu". Para ele, o fato gera preocupação nos municípios, pois o não repasse da verba dificulta o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos Professores e a construção dos planos de carreira, além da garantia da manutenção do desenvolvimento do ensino.

Existe uma diferença entre os valores disponibilizados e as receitas efetivas destinadas ao Fundo em 2009, com base nas informações dos Estados e Distrito Federal.

Por definição constitucional , o Fundeb é um fundo contábil e a redistribuição de seus recursos deve ocorrer de forma automática, partindo de uma fórmula de redivisão previamente publicada. Este mecanismo foi constituído de forma a não permitir desvios ou retenções indevidas. É devido a essa característica que a publicação dos dados da tabela citados causou grande preocupação entre os dirigentes municipais de educação. Pois, caso o desvio de recursos de fato tenha ocorrido, a credibilidade do funcionamento automático do Fundeb estará em risco.

Diferença entre valores disponibilizados e receitas efetivadas em 2009 (Portaria 496/2010):			
UF	**Possível desvio**	**perdas para educação estadual**	**perdas para a educação municipal**
AC	R$ 780.985,53	R$ 498.893,56	R$ 282.091,97
AL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
AM	R$ 2.607.121,44	R$ 1.210.747,20	R$ 1.396.374,24
AP	R$ 91.961,18	R$ 66.055,72	R$ 25.905,46
BA	R$ 5.821.711,93	R$ 1.932.808,36	R$ 3.888.903,57
CE	R$ 57.846.172,25	R$ 15.190.404,83	R$ 42.655.767,42
ES	R$ 259.246.143,41	R$ 98.876.479,10	R$ 160.369.664,31
GO	R$ 2.601.239,9	R$ 1.301.920,57	R$ 1.299.319,33
MA	R$ 2.518.703,63	R$ 672.997,61	R$ 1.845.706,02
MG	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
MS	R$ 14.704.221,4	R$ 6.955.096,72	R$ 7.749.124,68
MT	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PA	R$ 153.311.657,05	R$ 49.305.028,91	R$ 104.006.628,14
PB	R$ 2.879.925,24	R$ 1.203.232,77	R$ 1.676.692,47
PE	R$ 42.790.896,72	R$ 18.186.131,11	R$ 24.604.765,61
PI	R$ 3.328.626,78	R$ 1.165.685,10	R$ 2.162.941,68
PR	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
RJ	R$ 29.133.852,82	R$ 11.534.092,33	R$ 17.599.760,49
RN	R$ 3.005.384,55	R$ 1.278.791,13	R$ 1.726.593,42
RO	R$ 4.186.299,88	R$ 2.360.654,50	R$ 1.825.645,38
RR	R$ 4.005.216,18	R$ 2.708.327,18	R$ 1.296.889,00
RS	R$ 8.575.528,44	R$ 4.674.520,55	R$ 3.901.007,89
SC	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SE	R$ 3.888.381,97	R$ 1.652.562,34	R$ 2.235.819,63
SP	R$ 660.062.436,36	R$ 363.298.364,97	R$ 296.764.071,39
TO	R$ 619.219,74	R$ 359.890,51	R$ 259.329,23
Total	R$ 1.262.005.686,4	R$ 584.432.685,05	R$ 677.573.001,35

revista(cs5).indd 41 06/11/10 11:59

Uso responsável da internet

A Internet aproxima pessoas, reduz distâncias, dá acesso à informação, ao exercício da cidadania e à liberdade de expressão. Um ambiente que oferece tantas possibilidades requer bom senso e cuidados. Preocupado com o uso dessa ferramenta, o Comitê para a Democratização da Informática lançou, em julho, uma cartilha com dicas para uma navegação segura na Internet. O **Guia Para o Uso Responsável da Internet** pretende ser uma bússola de navegação para crianças, pais e professores interessados em tirar o melhor de suas experiências na web. A cartilha reúne orientações, sugestões de links, vídeos, reportagens, histórias em quadrinhos e algumas reflexões sempre atualizadas com o que há de mais novo no mundo virtual. Com a facilidade de publicar o que se deseja e trocar com outros usuários, a rede se transformou em uma das ferramentas mais fortes para pesquisas escolares, organização da comunidade e outros trabalhos que envolvam a colaboração de muitas pessoas. O manual tem dicas para o uso seguro da Internet e explica como utilizar páginas de relacionamentos e de buscas como

Foto: Portal do Guia Para o Uso Responsável da Internet



Portal do guia

revista(cs5).indd 42 06/11/10 11:59

Orkut e *Youtube*. Um dos objetivos do Guia é aproximar quem nasceu antes e quem nasceu depois do surgimento da Internet para que a tecnologia seja usada de forma saudável e participativa por crianças e adultos.

A publicação apresenta uma linguagem didática e de fácil compreensão. As dicas são simples e abordam as regras básicas da Internet como não informar dados pessoais de endereço ou telefone. O manual também está online, na página www.internetresponsavel.com.br, com áreas exclusivas para crianças, pais e professores.

Além disso, o guia recomenda que a Internet seja utilizada para coisas boas e divertidas, mas com informação. O Guia foi criado para ajudar a saber mais sobre a Internet, tirar dúvidas, aprender algumas dicas e se sentir mais seguro para navegar e explorar tudo o que existe de melhor na rede.

Fonte: Portal
www.internetresponsavel.com.br

Como estar protegido na Internet

• Verifique sempre quem enviou a mensagem eletrônica (o remetente). Não abra conteúdos enviados por desconhecidos.

• Não baixe programas ou arquivos recebidos sem que tenham sido pedidos, mesmo que você conheça quem enviou. Lembre-se que o computador de um amigo pode ter sido invadido ou contaminado por vírus.

• Faça *download* apenas de locais conhecidos e seguros. Arquivos trocados com outros usuários por meio de páginas de compartilhamento ou de origem desconhecida – que possam chegar a você em CDs, DVDs ou pen drives – podem estar contaminados por vírus e outros arquivos maliciosos que podem prejudicar seu computador.

• Não informe dados pessoais na Internet, principalmente em perfis de páginas de relacionamento (não revele seu nome completo, endereço de casa, nome dos pais ou dos irmãos, nome da escola, número do telefone). O mesmo vale para fotos que revelem placa de carros, número de casa ou escola onde estuda – nunca publique esse tipo de material.

• Não conte sua senha para outras pessoas, nem mesmo para seus amigos. Se usar computadores em *lan houses* ou outros locais públicos, não esqueça de clicar em "Sair" ou "*Logout*" quando terminar de usar um endereço em que tenha digitado sua senha.

• Não participe de desafios ou jogos que envolvam derrubar servidores ou invadir sistemas – há criminosos usando adolescentes curiosos e com alto conhecimento em Internet para praticar crimes.

• Evite a exposição exagerada – preserve sua privacidade e a dos seus amigos. Não exponha fotos, imagens ou informações que possam colocar você e outros em situações vergonhosas, ruins ou perigosas.

• Seja educado – tratar mal alguém pode fazer com que a pessoa queira se vingar e pode dar início a uma perseguição ou ao *cyberbullying*.

revista(cs5).indd 43 06/11/10 11:59

Indicadores da Qualidade da Educação Infantil

Documento orienta instituições de educação infantil a fazerem autoavaliação

Os primeiros anos de vida são decisivos para a alfabetização. É nessa fase que a criança começa a reconhecer os objetos, a nomear, falar, desenhar. Portanto, atividades que estimulam a interação e a capacidade de fazer representações são fundamentais para o bom desenvolvimento da linguagem e da escrita.

Para ajudar educadores a alcançar este objetivo, foi elaborada a publicação Indicadores da Qualidade da Educação Infantil. O documento oferece fundamentos da educação infantil e um roteiro sobre como professores, diretores, servidores das escolas e a comunidade devem proceder à autoavaliação e, a partir dela, elaborar um plano de ação.

A publicação propõe avaliações nos seguintes aspectos: planejamento institucional; multiplicidade de linguagens e experiências (formas de a criança conhecer e experimentar o mundo e se expressar); interações (espaço coletivo de convivência e respeito); promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais; relação de troca e cooperação com as famílias e participação na rede de proteção social.

Para a construção do material foram incluídas contribuições de oito seminários regionais e informações registradas no pré-teste em instituições de educação infantil, públicas e privadas, de nove

Indique
Documento orienta instituições de educação infantil

Foto: Divulgação



estados brasileiros. O documento é resultado de um trabalho conjunto do Ministério da Educação com a Fundação Orsa, Ação Educativa, Undime e Unicef.

A professora Maria Cecília Amendola Motta, Dirigente Municipal de Educação de Campo Grande/ MS e presidenta da Undime/ MS, representou a entidade no processo de construção dos indicadores. Segundo a dirigente, os profissionais das instituições de educação infantil podem aplicar facilmente o instrumento, já que ele é autoexplicativo. "A publicação oferece um roteiro de como o diagnóstico deve ser realizado, possibilitando que a escola tenha uma visão geral de suas fortalezas e fragilidades nos diversos aspectos da instituição, podendo assim propor a curto, médio e longo prazo, ações de melhoria na qualidade da educação infantil", disse.

Vera Masagão Ribeiro, coordenadora geral da Ação Educativa, também falou à Revista Educação Municipal sobre a construção do documento. Segundo ela, a iniciativa da construção de indicadores da qualidade na educação surgiu em 2003, com a publicação dos **Indicadores da Qualidade na Educação**, que tinha foco no ensino fundamental. Posteriormente, o Ministério da Educação sugeriu a elaboração de um outro documento, com foco na educação infantil, que se aproximasse do dia-a-dia das instituições dessa etapa da educação básica. Dessa forma, iniciou-se o processo de formação dos **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**.

Além da constituição do Grupo de trabalho, foram realizados seminários regionais para incluir contribuições. O resultado, segundo Vera, é a consolidação de um documento que expressa a expectativa e os parâmetros acordados em encontros de ampla representatividade, com a participação das famílias e de fácil inclusão no calendário das instituições de educação infantil.

Segundo Rita Coelho, coordenadora de educação infantil da Secretaria de Educação Básica/ MEC e responsável também pela coordenação da construção do documento, a melhoria da qualidade da educação infantil é, hoje, um dos maiores desafios do MEC, tanto na questão do financiamento, quanto nos parâmetros e normas.

Rita afirmou que a construção dos **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** é uma consequência dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, publicados em 2006. Foram enviados 310 mil exemplares, diretamente para as instituições de educação infantil, de acordo com o número de turmas.

Lee Oswald, da Fundação Orsa, participou da coordenação geral e da construção dos Indicadores. Para ele, o documento é muito significante, ao contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação infantil. "Participar desse processo significou estar presente em um grupo extremamente comprometido com o presente e o futuro das nossas escolas, crianças e sociedade. No escopo de atuação da Fundação Orsa, a educação infantil representa um dos alicerces na construção do processo de desenvolvimento da sociedade, e por isso compreende uma vertente prioritária de sua atuação".

Ele acrescentou ainda, que "a disponibilização desse material, fruto de laboratórios, aprendizados e troca de experiências, compreende a democratização do conhecimento e a construção de parcerias para o fortalecimento da rede de atenção à criança, a partir de indicadores de qualidade e dimensões baseadas na realidade vivida interna e externamente pelas organizações participantes", afirmou.

A professora Maria de Salete Silva, coordenadora do programa de educação do Unicef no Brasil, afirmou que o objetivo do trabalho é estimular profissionais da educação infantil e as famílias a realizarem a autoavaliação. Segundo ela, é muito importante garantir a qualidade no atendimento às crianças de 0 a 5 anos, e que as instituições não sejam apenas um local onde as crianças possam ficar enquanto as mães trabalham, mas sim um espaço de desenvolvimento.

Para conhecer os Indicadores, acesse a página da Undime: www.undime.org.br

revista(cs5).indd 45 06/11/10 11:59

Leituras & mídias

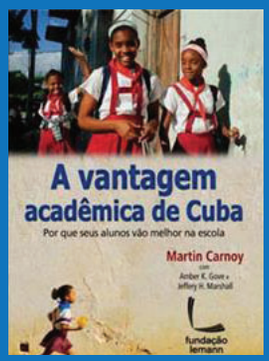


Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.

JUNQUEIRA. R. D. (Org.).

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

O livro reúne artigos de especialistas no tema e contribui para a ampliação e o aprofundamento do debate e também para uma melhor compreensão da homofobia, seus efeitos e suas relações com outros tipos de discriminação. Além disso, ao fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação e do reconhecimento da diversidade, torna-se leitura indispensável para profissionais da educação, gestores, estudiosos/as, estudantes, agentes dos movimentos sociais e todos aqueles e aquelas interessados/as na construção de um modelo de sociedade democrática.



A vantagem acadêmica de Cuba
Por que seus alunos vão melhor na escola

Autores: Martins Carnoy, Amber K. Gove e Jeffery H. Marshall

Editora Ediouro – 2009

A obra mostra o exemplo de um país que, apesar do seu complexo contexto político e econômico, consegue driblar as dificuldades e a qualidade da educação supera a de países da América Latina com PIB muito superior, como o Chile e o Brasil.

O trabalho é resultado de um amplo estudo, desenvolvidos por pesquisadores em escolas cubanas.

Para adquirir, consulte http://www.ediouro.com.br



Marco de Ação de Belém – Confintea VI

Brasília, Unesco - 2010, 25 p.

O Marco de Ação de Belém, documento aprovado durante a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI, é resultado do longo processo participativo de mobilização e preparação nacional e internacional. Ele se divide em sete eixos fundamentais: alfabetização de adultos; políticas; governança; financiamento; participação, inclusão e equidade; qualidade e monitoramento da implementação do Marco de Ação.

O documento está disponível no portal da Unesco: www.unesco.org

revista(cs5).indd 46 06/11/10 11:59

Opinião da

Undime

Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente

No dia 21 de maio deste ano, o Ministro da Educação assinou a Portaria Normativa nº 14, que instituiu o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Pelo texto legal, este exame será constituído "de uma avaliação de conhecimentos, competências e habilidades" e servirá para "subsidiar a contratação de docentes para a educação básica no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

A idéia é realizar uma prova nacional em que qualquer professor poderá se inscrever. O seu resultado será utilizado pelo professor como pontuação nos processos seletivos locais. As Secretarias Estaduais e Municipais poderão optar pela utilização das notas do Exame Nacional, substituindo total ou parcialmente a necessidade de realização de concursos públicos.

O Exame funcionará de maneira similar ao procedimento adotado pelas instituições de ensino superior em relação às notas do Enem. Assim, um município pode optar em substituir totalmente o concurso pelo Exame Nacional e os professores que se inscreverem para o processo seletivo local terão que apresentar o boletim com sua nota nacional.

A realização de concursos públicos é uma obrigação constitucional, como podemos ler no artigo 37, inciso II da Carta Magna.

Art. 37. .....

I - .....

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Mesmo que muitos municípios e estados convivam com um número exagerado de profissionais temporários, esticando em demasia a possibilidade de contratação emergencial, a regra no serviço público tem sido a contratação por concurso público. A Undime orienta os dirigentes municipais a cumprirem a orientação do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo nos seus planos de carreira um percentual máximo de contratações temporárias, evitando agravamento de distorções e impedindo que o emergencial e transitório se transforme em regra.

Infelizmente, seja pelas dificuldades operacionais ou financeiras, a qualidade dos concursos é muito diferenciada em nosso país. Muitos municípios contratam empresas de experiência não comprovada e que aplicam provas que não obedecem o rigor técnico desejável. Não é exceção a imprensa divulgar questões inconsistentes ou extraídas de certames públicos. Além disso, em muitos municípios a capacidade de manter o sigilo do processo foi questionada na Justiça, complicando ainda mais a gerência das redes públicas.

Há um consenso de que realizar um concurso criterioso é um procedimento caro, que exige preparo técnico da equipe local, dificuldades que inibem a sua realização de maneira periódica. Assim, a proposta do Ministério da Educação de promover um exame nacional de ingresso da carreira docente, cujos resultados poderão ser utilizados pelos municípios foi vista com simpatia pelos gestores.

No artigo 2º da referida Portaria são apresentados os objetivos. E é justamente na sua amplitude que residem as maiores polêmicas. São enumerados quatro objetivos:

1º - subsidiar os entes federados na realização de concursos públicos;

2º - conferir parâmetros para autoavaliação dos futuros docentes;

revista(cs5).indd 47 06/11/10 11:59

3º - oferecer um diagnóstico para subsidiar as políticas públicas de formação continuada; e

4º - construir um indicador qualitativo possível de ser incorporado à avaliação de políticas públicas de formação inicial de docentes.

Não há questionamentos relevantes acerca dos dois primeiros objetivos. O primeiro ajudará a diminuir os custos financeiros dos estados e municípios e conseguirá elevar a qualidade das provas de seleção. O segundo objetivo é conseqüência da própria existência de uma prova nacional, pois este tipo de instrumento permite comparação entre as notas dos professores.

A polêmica está localizada nos dois últimos objetivos.

O temor dos professores é que a idéia do Exame ressuscite a certificação docente e fortaleça as propostas de aplicação de provas com o critério para progressão na carreira do magistério. Em 2003, o MEC promoveu seminário nacional visando implantar um sistema nacional de certificação profissional do magistério. A idéia encontrou enorme resistência e foi abandonada em seguida. Contudo, a utilização de provas de conhecimento como critério para progressão foi implantada em vários municípios e em alguns estados.

Não há citação no texto legal de que o Exame terá esta finalidade, mas o terceiro objetivo pode ser reinterpretado e ampliado o seu escopo, tentando abarcar não somente as políticas públicas de formação continuada, mas sendo utilizado para avaliação funcional. Infelizmente é difícil criar mecanismos que impeçam tal utilização.

Em reuniões promovidas pelo Ministério da Educação, que contaram com a presença da Undime, do Consed e da CNTE, foi acordado que nenhuma das entidades estimularia tal procedimento, em uma tentativa de tranquilizar os professores e quebrar as resistências à proposta.

O quarto objetivo é também polêmico, pois propõe que os parâmetros utilizados na formulação do exame sejam incorporados no processo de avaliação dos cursos de licenciatura. Caso estes parâmetros estejam distantes do currículo dos cursos da área educacional certamente provocará ruídos com as instituições formadoras responsáveis por estas definições.

A Undime trabalha incansavelmente pelo cumprimento da regra constitucional de ingresso somente por concurso público. Ao mesmo tempo, apoia toda medida que vise aperfeiçoar o processo de seleção de professores, questão que sempre é vista como frágil pelos gestores municipais. Esta fragilidade tem uma ponta na qualidade das provas aplicadas, mas tem outra ponta no perfil da formação feita pelas instituições de ensino superior.

Caso aconteçam as previsões ministeriais de que o Exame estimulará os professores com melhores notas a procurarem os municípios com salários mais atrativos, isso será positivo. Porém, a possibilidade de aumentar os salários, podendo assim captar a mão-de-obra com melhores notas, não depende apenas de vontade política municipal, mas sim de mudanças no padrão de financiamento da educação básica.

Sem estas mudanças estruturais, os pequenos municípios do norte e nordeste continuarão com dificuldade de pagar bons salários e, por conseguinte, não serão atrativos para os professores com melhor colocação, mantendo-se o círculo vicioso atual.

A Undime não concorda com a utilização do Exame Nacional como parâmetro de progressão nas carreiras profissionais. A avaliação dos profissionais da educação deve ser mais completa e é um processo mais complexo. A avaliação deve verificar a prática docente efetiva, valorizar o tempo de serviço do magistério e os esforços por elevação da qualificação profissional. Um exame nacional, por mais balanceado que seja, avalia o preparo do professor para responder a um dado conjunto de questões, mas não permite avaliar se este profissional é, ou será, um bom docente.

Por fim, para que o Exame Nacional cumpra seus objetivos é necessário que haja uma mútua influência de suas diretrizes com os currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Todos ganham com a melhoria dos processos seletivos de professores. Os municípios, porque poderão utilizar os recursos públicos de forma mais eficiente e captar bons profissionais. Os professores, porque aumentará o leque de possibilidades profissionais e poderão utilizar os seus resultados como autoavaliação. Os alunos, porque tendo melhores professores, terão uma melhor educação. E as instituições de ensino superior, que poderão utilizar os resultados como parte do processo de avaliação do seu trabalho.

revista(cs5).indd 48 06/11/10 11:59

Termo de parceria

Senhor Dirigente Municipal de Educação,
A Revista Educação Municipal é uma publicação editada pela Undime com o objetivo de divulgar as políticas públicas educacionais e mobilizar a comunidade em geral em defesa da educação pública de qualidade.
Cada Secretaria Municipal de Educação recebe um exemplar da Revista gratuitamente, mas pode assinar para suas escolas e seus professores também receberem as seis edições anuais.
Para tanto, apresentamos a proposta de Termo de Parceria a ser firmado entre a Undime e a Prefeitura de seu município.
Entre em contato com nossa secretaria executiva: 61 3037 7888, undimenacional@undime.org.br.
A partir de julho de 2009, não publicamos mais anúncios comerciais. Dessa forma, você tem segurança que receberá uma Revista com um conteúdo de extrema relevância para a sua rede municipal.
Atenciosamente,

Carlos Eduardo Sanches
Dirigente Municipal de Educação de Castro/ PR
Presidente da Undime

Termo de Parceria em Cooperação para o aprimoramento da gestão educacional por meio de impressos que informem e atualizem os agentes da educação pública e a sociedade em geral que, entre si, celebram a UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME, a PREFEITURA MUNICIPAL DE _____e a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE _____, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O objeto do presente Termo é o aprimoramento da gestão educacional por meio de impressos que informem e atualizem os agentes da educação pública e a sociedade em geral celebrado entre a UNDIME, a PREFEITURA MUNICIPAL DE e a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE _____, unindo esforços em prol da educação básica, buscando a universalização do atendimento com ensino de qualidade.

Modelo

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES

2. As atividades a serem desenvolvidas pela UNDIME abrangerão:

2.1.1 Coleta, produção e divulgação de informações relativas à educação pública, editando, produzindo, imprimindo e distribuindo ao município de _____ exemplares em _____ edições anuais da Revista Educação Municipal, oferecendo, desta forma, subsídios para a implementação e execução de políticas e programas educacionais.

2.1.2. Articulação e mobilização dos agentes da educação pública, por meio da divulgação de temas de grande relevância social.

2.2 As atividades a serem empreendidas pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria Municipal de Educação, relacionadas com sua área de atuação ou o seu aprimoramento, abrangerão:

2.2.1 Apoiar e colaborar com as atividades da UNDIME, cooperando financeiramente para a elaboração da Revista Educação Municipal, repassando, em contrapartida o valor anual de R$_____ (_____),

2.2.2. Fornecimento de dados, informações e outros subsídios para realização de documentos, estudos e pesquisas.

2.2.3 Distribuição e divulgação entre os servidores públicos municipais e a sociedade em geral da Revista Educação Municipal, de forma a contribuir com a ampliação do desempenho do sistema educacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

3.1 – Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias e trabalhistas advindas da execução deste Termo de Parceria serão de responsabilidade da UNDIME.

3.2.A força de trabalho utilizada para a execução deste Termo não faz surgir qualquer vínculo trabalhista com a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4. O Presente Termo tem vigência por um período de dois anos, podendo ser prorrogado a critério dos Convenentes, mediante termo de aditamento.

Calcula-se a contrapartida do município tomando-se por base o valor de R$ 8,00, relativo a um exemplar da Revista.

revista(cs5).indd 49 06/11/10 11:59

CLÁUSULA QUINTA – DO COMPROMISSO

5. Os Convenentes se comprometem a dar fiel cumprimento a este Termo sempre pautando suas ações nos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência Administrativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

6.1 – O presente Termo será extinto pelo término do prazo de sua vigência, por meio de sua rescisão ou denúncia.

6.2 – Será rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexeqüível;

6.3 – Será denunciado, por qualquer dos partícipes, a qualquer momento, independentemente de justa causa, devendo o Convenente interessado em promover a denúncia encaminhar notificação prévia a outra, por escrito, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, manifestando intenção inequívoca de extinguir o Termo, contando-se o prazo a partir do recebimento da manifestação prévia.

Parágrafo Primeiro – Havendo denúncia ou rescisão deste Termo antes do fim de sua vigência, não caberá qualquer ressarcimento, devolução ou compensação de valores repassados a título de contrapartida.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo denúncia ou rescisão deste Termo, ficam os Convenentes responsáveis pelas obrigações e prerrogativas adquiridas até o momento em que tenha vigido este Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

7.1 – Os casos omissos serão resolvidos pelas partes convenentes, observando, no que couber às normas gerais aplicadas aos contratos, em especial a Lei n° 8.666/93, buscando preferencialmente a dissolução de controvérsias amigavelmente antes de se buscar a prestação jurisdicional.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de _____a publicação do presente Termo sob forma de extrato, na imprensa oficial, após a sua assinatura, nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Modelo

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 – Fica eleito o Foro da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília - DF para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. – Este Termo é um acordo de vontades entre as partes signatárias, que desenvolverão, conjuntamente, trabalhos cooperativos visando a serem regidos pelas diretrizes básicas estabelecidas por este Instrumento.

10.2 – Para os fins deste Termo, as partes devem ser consideradas como Convenentes independentes, e nenhuma delas deverá ser considerada como agente da outra.

10.3 – O presente Termo é celebrado sem caráter de exclusividade, ficando qualquer das Partes livre para celebrar outros acordos, contratos ou termos de parceria, iguais ou semelhantes ao objeto do presente ajuste, sem necessidade de consentimento ou autorização das outras Partes.

10.4. O presente Termo será regido por toda a legislação aplicável à espécie e pelas disposições que a complementarem, cujas normas integram o presente Termo, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

E, assim ajustadas, firmam as partes o presente Termo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Brasília, _____ de _____ de 2009
NOME DO PRESIDENTE DA UNDIME
NOME DO PREFEITO

NOME DO DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

NOME DA 1ª TESTEMUNHA
NOME DA 2ª TESTEMUNHA.

Calcula-se a contrapartida do município tomando-se por base o valor de R$ 8,00, relativo a um exemplar da Revista.

revista(cs5).indd 50 06/11/10 11:59

UNDIME

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Missão:
Articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

Princípios:
1. Democracia que garanta a unidade de ação institucional.
2. Afirmação da diversidade e do pluralismo.
3. Gestão democrática com base na construção de consensos.
4. Ações pautadas pela ética com transparência, legalidade e impessoalidade.
5. Autonomia frente aos governos, partidos políticos, credos e a outras instituições.
6. Visão sistêmica na organização da educação fortalecendo o regimede colaboração entre os entes federados.

Saiba mais
www.undime.org.br



revista(cs5).indd 51 06/11/10 11:59

O prazer de aprender caminha com educação de qualidade.

Informação de qualidade, relatos de experiências municipais e muito mais, para sempre aperfeiçoarmos o que fazemos.



Assine para seus diretores de escolas e professores.
Informe-se sobre tudo que acontece na educação no Brasil.
www.undime.org.br/revistaeducacaomunicipal